



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0278/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0048/2024

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – TRADICIONAL

1) PRÊAMBULO.....	3
2) OBJETO.....	3
3) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	14
4) ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	14
5) VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	15
6) CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/2018).....	16
7) APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.....	17
8) PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	18
9) PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA.....	18
10) REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO.....	19
11) VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP	19
12) FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO.....	20
13) CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA.....	20
14) DA HABILITAÇÃO.....	23
15) DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO.....	26
16) DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	27
17) CONTRATO ADMINISTRATIVO - REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO.....	28
18) RECEBIMENTO DO OBJETO.....	32
19) PAGAMENTO.....	33
20) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	34
21) DISPOSIÇÕES FINAIS	37
ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	39
ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA	Erro! Indicador não definido.
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS.....	60
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS.....	60
ANEXO V – DECLARAÇÃO LGPD (do vencedor).....	61
ANEXO VI – DECLARAÇÃO LC 123/2006	64
ANEXO VII – PROPOSTA	65
ANEXO VIII – ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.....	66
ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS	Erro! Indicador não definido.
ANEXO X – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ	Erro! Indicador não definido.
ANEXO XI - CONTRATO ADMINISTRATIVO	67



DECRETO Nº 19/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

“REGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.”

Nota: Em atendimento ao Decreto 019/2021

Art. 1º - Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual – MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto.

Art. 13, Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte: § 2º Na modalidade de "PREGÃO", o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 19 Considera REGIONALIDADE: Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Local ou municipal: o limite geográfico do município;

De acordo com o art. 20, alínea "a", será concedida prioridade a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido;



1) PRÉAMBULO

1) O Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.854.670/0001-30, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo de contratação:

I - Regime legal:

- a) [Lei nº 14.133/2021](#);
- b) [Lei Complementar nº 123/2006](#);

II - Modalidade:

- a) Pregão ([art. 6º, XLI](#))

III - Critério de Julgamento:

- a) **MENOR PREÇO GLOBAL**

IV - Modo de disputa:

- a) **ABERTO.**

V - Forma:

- a) Eletrônico ([art. 17, § 2º](#))

VI - Plataforma:

- a) <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>

VII - Data/horário limite para apresentação da PROPOSTA:

- a) **16/01/2025**
- b) **07h59min (horário de Brasília/DF)**

VIII - Data/horário da sessão pública:

- a) **16/01/2025**
- b) **08h00min (horário de Brasília/DF)**

IX - Data/horário limite para apresentação dos documentos de HABILITAÇÃO pelo licitante com a melhor:

- a) Até **120 minutos** a contar do momento que for declarada a melhor proposta

X - Condução do processo licitatório:

- a) Pregoeira Servidora **Susana Danielli de Barros** e Equipe de Apoio, conforme designação no regulamento municipal – Decreto nº 0494/2023.

2) OBJETO

2.1 O objeto deste processo licitatório é a **Contratação de empresa no ramo de transporte coletivo de passageiros/transporte escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos das Redes Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município de Xaxim.**

2.1.1 O objeto é composto pelos seguintes itens:

Item	Especificação	KM	Valor KM	Valor Total
01	LINHA Nº 01 – LINHA IRANI I ITINERÁRIO PASSANDO, POR LINHA IRANI I, FAMÍLIAS SUZZI, BARRAGEM, FAMÍLIA DE ALUNO DA APAE ARCELINO SOARES, FELIPETO NARDI, CECATTO, LINHA SEGUETTO, FAMÍLIAS MARINHO DE	20.500	R\$ 11,58	R\$ 237.390,00



	MELLO, GUARDA, LINHA SÃO FRANCISCO, FAMÍLIAS BORTOLANZA E NEGRI, LINHA FLORINDO FOLE ATÉ AS ESCOLAS EBM CECÍLIA MEIRELLES, EEB NEUSA MASSOLINI, DOM BOSCO, EEB GOMES CARNEIRO, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, APAE E RETORNO: OBS: EXTENSÃO (79,2) (SETENTA E NOVE QUILOMETROS E DUZENTOS METROS/DIA HORÁRIO VESPERTINO VEÍCULO KOMBI OU VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LUGARES. COM MONITOR.			
02	LINHA Nº 02 – LINHA POCINHO DE CIMA ITINERÁRIO, XAXIM, POCINHO DE CIMA, CAMPO DO CORÍNTHIANS, FAMÍLIAS DE SORDI, CURTARELI, PROPRIEDADE TRENTIN LINHA ERVALZINHO SÃO JOSÉ, RAFITEC, PASSANDO EM FRENTE AS ESCOLAS, EEB CUSTÓDIO DE CAMPOS, DOM BOSCO, EBM CECILIA MEIRELES, EEB NEUSA MASSOLINI, EEB GOMES CARNEIRO, EBM ARI MOACIR LUNARDI APAE, E RETORNO: EXTENSÃO (93,8) (NEVENTA E TRÊS) QUILOMETROS E OITOCENTOS METROS/DIA MATUTINO E VESPERTINO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (32) TRINTA E DOIS LUGARES COM MONITOR.	24.300	R\$ 14,67	R\$ 356.481,00
03	LINHA 03 - FAZENDA SANTO ANTÔNIO ITINERÁRIO, SAÍDA XAXIM, PASSANDO LINHAS RONDINHA, FREI PLÁCIDO, FAZENDA SANTO ANTÔNIO, LINHA CAMPO ATÉ A FAMÍLIA DE IAGO EMANOEL DA SILVA, FAZENDA GUENO, PASSANDO NAS SEGUINTE ESCOLAS EEB VILLA DIADEMA, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EBM DOM BOSCO, CEJAX, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECILIA MEIRELES, EEB GOMES CARNEIRO, EEB DIERCE SALETE DALL” AGNOL, APAE E RETORNO. EXTENSÃO (120) (CENTO E VINTE QUILOMETROS/DIA MATUTINO E VESPERTINO	31.000	R\$ 14,57	R\$ 451.670,00



	MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (32) TRINTA E DOIS LUGARES. COM MONITOR.			
04	LINHA Nº 04 - IRANI II PARA XAXIM, SAÍDA DIVISA COM ARVOREDO PASSANDO POR ÁREA DE CAMPING MICHELON, EVANGELISTA, FAZENDA BEDIN, LINHA SANTA LÚCIA, LINHA ANTÔNIO PRADO, ATÉ XAXIM PASSANDO NAS ESCOLAS EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECÍLIA MEIRELES, EEB GOMES CARNEIRO, EBM DOM BOSCO, APAE E RETORNO. EXTENSÃO (85) (OITENTA E CINCO) QUILOMETROS/DIA HORÁRIO: VESPERTINO VEÍCULO: KOMBI OU VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LUGARES. COM MONITOR.	22.000	R\$ 11,58	R\$ 254.760,00
05	LINHA Nº 05 - LINHA VILA DIADEMA E AREDORES , ITINERÁRIO: DISTRITO DE VILA DIADEMA, PASSANDO PELAS FAMÍLIAS RISSI, ERVATEIRA DOIS IRMÃOS, GRANJA FONINI, PRADO, FLEK, LÍRIO DE ALMEIDA, ATÉ A ESCOLA DE EEB VILA DIADEMA, MADEIREIRA TOMÉ, SOL NASCENTE, RAFITEC, ATÉ AS ESCOLAS EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EBM DIRCE DALL'AGNOL, CEJAX, EBM ARI MOACIR LUNARDI, APAE, EEB GOMES CARNEIRO, DOM BOSCO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECÍLIA MEIRELES. EXTENSÃO (76) (SETENTA E SEIS) QUILOMETROS/DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO. VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (32) TRINTA E DOIS LUGARES. COM MONITOR.	19.500	R\$ 14,23	R\$ 277.485,00
06	LINHA Nº 06 - LINHA SÃO VALENTIN DISTRITO DE VILA TIGRE, SÃO VALENTIN, E NOVA BRASÍLIA ITINERÁRIO, TURNO MATUTINO SAÍDA DA COMUNIDADE DE NOVA BRASÍLIA	20.500	R\$ 12,42	R\$ 254.610,00



	<p>PASSANDO POR NOVA REPÚBLICA, SÃO VALENTIN, FAMÍLIAS AROZI, RIBEIRO, DALLA ROSA, COSTA, MAGRIN, NOVA BRASÍLIA, FAMILIAS CATIVELI, FONTANA ATÉ A ESTRADA GERAL AONDE PASSARA OS ALUNOS PARA O MICRO ÔNIBUS QUE LEVARA OS ESTUDANTES ATÉ A ESCOLA EEB LUÍS LUNARDI, RETORNO, APANHARA OS ALUNOS NA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI E DEIXARA NOS SEUS DEVIDOS PONTOS. OBS. ITINERÁRIO VESPERTINO. ENTREGARA OS ALUNOS PARA O MICRO ÔNIBUS NA ESTRADA GERAL QUE LEVARA OS ESTUDANTES ATÉ A ESCOLA LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE, RETORNO APANHARA OS ESTUDANTES NA ESTRADA GERAL E DEIXARA NOS SEUS DEVIDOS PONTOS ENCERANDO A LINHA NA COMUNIDADE DE NOVA BRASÍLIA.</p> <p>EXTENSÃO (79,2) (SETENTA E NOVE QUILOMETROS E DUZENTOS METROS/DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO VAN OU KOMBI COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (15) QUINZE LUGARES.</p> <p>COM MONITOR.</p>			
07	<p>LINHA Nº 07 - LINHA PALAORO SAÍDA LINHA PALAORO, SANTA LÚCIA, MONTE BELO, PÉ DE GALINHA, LINHA FLORINDO FOLE ATÉ AS ESCOLAS EBM CECÍLIA MEIRELES, EEB NEUSA MASSOLINI, DOM BOSCO, EEB CUSTÓDIO DE CAMPOS, APAE E RETORNO: EXTENSÃO (61) (SESSENTA E UM QUILOMETROS/DIA, HORÁRIO VESPERTINO, VEÍCULO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (48) QUARENTA E OITO LUGARES.</p> <p>COM MONITOR.</p>	15.800	R\$ 18,00	R\$ 284.400,00
08	<p>LINHA Nº 08 - TIGRE E RODEIO BONITO: ITINERÁRIO: SAINDO DO DISTRITO DE LINHA TIGRE, PASSANDO POR RODEIO BONITO SÃO JOSÉ, LINHA CARVAJO, CAMPING PERUZZO, ATÉ A ESCOLA EEB LUIS LUNARDI, MATUTINO E VESPERTINO. SEGUNDO TRAJETO</p>	23.500	R\$ 15,00	R\$ 352.500,00



	SOMENTE MATUTINO ATÉ LINHA TIGRINHO, FAMÍLIA PERUZZO, SGARBOSA, ATÉ A ESCOLA EEB LUÍS LUNARDI DE VILA TIGRE E RETORNO. EXTENSÃO (90,6) (NOVENTA QUILÔMETROS E SEISCENTOS METROS, /DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO; VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (32) TRINTA E DOIS LUGARES. COM MONITOR.			
09	LINHA Nº 09 - LINHA PEDRO GUERREIRO. ITINERÁRIO: SAINDO DA CIDADE DE XAXIM, PASSANDO POR LINHA COLORADO, FAMÍLIA DALMÉDICO, CÚNICO, SORGATTO, BRITADOR, ATERRO SANITÁRIO, FAMÍLIA DE GILMAR BARROS PASSANDO EM FRENTE AS ESCOLAS: EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECÍLIA MEIRELES, EBM DOM BOSCO, EEB GOMES CARNEIRO, APAE E RETORNO. EXTENSÃO (62,2) (SESSENTA E DOIS QUILÔMETROS E DUZENTOS METROS/DIA HORÁRIO: VESPERTINO VEÍCULO: ÔNIBUS 40 LUGARES. COM MONITOR.	16.100	R\$ 16,67	R\$ 268.387,00
10	LINHA Nº 10 - LINHA TONELLO E PILÃO DE PEDRA ITINERÁRIO MATUTINO, LINHA TONELLO, PILÃO DE PEDRA, ÁREA INDÚSTRIAL, PASSANDO NAS ESCOLAS EBM ARI MOACIR LUNARDI, APAE, EBM DIRCE SALETE DALL” AGNOL, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO, E RETORNO. EXTENSÃO (48) (QUARENTA E OITO) QUILÔMETROS/DIA HORÁRIO MATUTINO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (28) VINTE E OITO LUGARES. COM MONITOR.	12.400	R\$ 15,35	R\$ 190.340,00
11	LINHA Nº 11- LINHA LIMEIRA ITINERÁRIO: LINHA LIMEIRA, DIVISA COM CAROLA MAIA, UNOESC,	10.900	R\$ 15,40	R\$ 167.860,00



	<p>PASSANDO NAS ESCOLAS EBM ARI MOACIR LUNARDI, APAE, EBM DIRCE SALETE DALL" AGNOL, EEB CUSTÓDIO DE CAMPOS, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO E RETORNO. EXTENSÃO (42) (QUARENTA E DOIS QUILOMETROS) /DIA HORÁRIO VESPERTINO; VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (28) VINTE E OITO LUGARES. COM MONITOR.</p>			
12	<p>LINHA Nº12 - RUI BARBOSA E ANITA GARIBALDI ITINERÁRIO: SAINDO DO DISTRITO DE ANITA GARIBALDI, PASSANDO POR LINHA GUOLO, FAMÍLIAS DALACORT ORSO, DIVISA COM LINHA RUI BARBOSA 2º, RUI BARBOSA 1º, LINHA ZANELLA, FAMÍLIA LANZARIN, LINHA ANITA GARIBALDI, ENTRADA ATÉ NA RESIDÊNCIA DA FAMILIA SCHEIBEL, ENTRADA PARA LINHA QUINETTI ATÉ A EMPRESA DE EXPLOSIVOS, FAMÍLIA VARNIER, PROPRIEDADE LANDO, PASSANDO NAS EBM ARI MOACIR LUNARDI, APAE EBM, DIRCE SALETE DALL" AGNOL, EEB CUSTÓDIO DE CAMPOS, EBM DOM BOSCO, EEB NEUSA MASSOLINI, EEB GOMES CARNEIRO E RETORNO. EXTENSÃO (87) OITENTA E SETE QUILOMETROS DIA, MICRO-ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (33) TRINTA E TRÊS LUGARES. COM MONITOR.</p>	22.500	R\$ 15,75	R\$ 354.375,00
13	<p>LINHA Nº13 - VILLA TIGRE E UVARANA, ITINERÁRIO, MATUTINO, SAINDO DA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLATIGRE, PASSANDO POR LINHA CANARINHO, LINHA UVARANA, ATÉ A ESCOLA DE VILLA TIGRE SEGUINDO APÓS ATÉ A CIDADE DE XAXIM PASSANDO NAS ESCOLAS EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECÍLIA MEIRELES, EBM DOM BOSCO, EEB GOMES CARNEIRO E APAE, RETORNADO ATÉ A</p>	22.700	R\$ 17,42	R\$ 395.434,00



	<p>ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE AS (11:45) ONZE E QUARENTA E CINCO AONDE DEVOLVERA OS ESTUDANTES NOS SEUS DEVIDOS PONTOS, E APANHARA OS ALUNOS QUE ESTUDAM NO TURNO VESPERTINO: NA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE E RETORNO, OBS. O TRAJETO INICIA E FINALIZA NA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE</p> <p>EXTENSÃO (87,6) OITENTA E SETE QUILOMETROS E SEISSENTOS METROS/DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (32) TRINTA E DOIS LUGARES</p> <p>OBS. COM MONITOR E ELEVADOR PARA CADEIRANTE AONDE O ALUNO IRÁ PARA A ESCOLA COM SUA PRÓPRIA CADEIRA.</p>			
14	<p>LINHA Nº 14 - LINHA VOLTÃO E LAGOA DA PEDRA PARA XAXIM, ITINERÁRIO MATUTINO, LINHA LAGOA DA PEDRA PASSANDO NAS FAMÍLIAS, ELOI DANIELLI, GEREMIA E CAPELLO, ATÉ AS ESCOLAS EBM CECILIA MEIRELES, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO, EEB GOMES CARNEIRO APAE E RETORNO.</p> <p>ITINERÁRIO, VESPERTINO, LINHA VOLTÃO PASSANDO NAS FAMILIAS, NEREU FOLLE BIASOTO, ALBERTI, ZANETTI, VILA FLORINDO FOLLE, BAIRRO FLOR, ATÉ AS ESCOLAS EBM CECÍLIA MEIRELES, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO, EEB GOMES CARNEIRO APAE E RETORNO.</p> <p>EXTENSÃO (88,2) OITENTA E OITO QUILOMETROS E DUZENTOS METROS/DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO</p> <p>COM MONITOR.</p> <p>VEÍCULO KOMBI OU VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (12) DOZE LUGARES.</p>	22.900	R\$ 12,33	R\$ 282.357,00
15	<p>LINHA Nº 15 - VILLA TIGRE E SÃO VALENTIN</p>	22.400	R\$ 15,15	R\$ 339.360,00



	<p>ITINERÁRIO, MATUTINO, SAINDO DA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLATIGRE, PASSANDO POR LINHA SÃO VALENTIN, LINHA NOVA BRASÍLIA, ATÉ A ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE, SEGUINDO APÓS ATÉ A CIDADE DE XAXIM PASSANDO NAS PROXIMIDADES DO TRATAMENTO DE ESGOTO DA CASAN NA LINHA PEDRO GUERREIRO, ESCOLAS EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECÍLIA MEIRELES, EBM DOM BOSCO, EEB GOMES CARNEIRO E APAE, RETORNADO ATÉ A ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE AS (11:45) ONZE E QUARENTA E CINCO AONDE DEVOLVERA OS ESTUDANTES NOS SEUS DEVIDOS PONTOS, E APANHARA OS ALUNOS QUE ESTUDAM NO TURNO VESPERTINO: NA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE E RETORNO, OBS; O TRAJETO INICIA E FINALIZA NA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE EXTENSÃO (86,4) OITENTA E SEIS QUILOMETROS E QUATROCENTOS METROS/DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (32) TRINTA E DOIS LUGARES. COM MONITOR.</p>			
16	<p>LINHA Nº 16 - LINHA NOTURNA CHAGAS ITINERÁRIO, SAIDA CEJAX, PASSANDO COLEGIO EEB CUSTODIO DE CAMPOS RAFITEC, LOTEAMENTO SOL NASCENTE, VILA DIADEMA, VILLA SÃO JORGE, BAIRRO CHAGAS ANTENAS, MERCADO BOM GOSTO. EXTENSÃO (17) (DEZESSETE) QUILOMETROS/DIA. HORÁRIO NOTURNO (22:00) VINTE E DUAS HORAS VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (21) VINTE E UM LUGARES. COM MONITOR.</p>	4.500	R\$ 15,33	R\$ 68.985,00
17	<p>LINHA Nº 17 - CAROLA MAIA ITINERÁRIO, SAINDO DA LINHA CAROLA MAIA, PASSANDO LINHA IPIRANGUINHA, NAS PROXIMIDADES DA FÁBRICA DE</p>	15.500	R\$ 14,17	R\$ 219.635,00



	MOVEIS GABRIEL AÇAÇI HOTEL, CAÇULA COMBUSTÍVEIS, ATÉ AS ESCOLAS EBM ARI MOACIR LUNARDI, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO E RETORNO. EXTENSÃO (60) SESSENTA QUILOMETROS/DIA HORÁRIO VESPERTINO. VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 LUGARES. COM MONITOR.			
18	LINHA Nº 18 - ANITA GARIBALDI PARA XAXIM ITINERÁRIO: SAINDO DE ANITA GARIBALDI, ATÉ A DIVISA COM CORONEL FREITAS, PASSANDO, LINHA GOLFO SÃO ROQUE, ERVALZINHO SÃO JOSÉ, PASSANDO NAS ESCOLAS, EBM ARI LUNARDI, APAE, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EBM DIRCE SALETE DALL” AGNOL E RETORNO. EXTENSÃO (56,4) (CINQUENTA E SEIS QUILOMETROS E QUATROCENTOS METROS) /DIA HORÁRIO VESPERTINO VEÍCULO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (40) QUARENTA LUGARES. COM MONITOR.	14.500	R\$ 16,67	R\$ 241.715,00
19	LINHA Nº 19 - LINHA TERCEIRA E NAVEGANTES, ITINERÁRIO, MATUTINO, TREVO CENTRAL, PRÓXIMO A PROPRIEDADE BINDA, LOTEAMENTO VENEZA, LOTEAMENTO PAVAN, ATÉ A FAMILIAS BAGGIO, POLLI, PASSANDO EM FRENTE AS ESCOLAS EBM ARI MOACIR LUNARDI, APAE, DIRCE SALETE DALL” AGNOL, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO E RETORNO; VESPERTINO LINHA TERCEIRA, LINHA NAVEGANTES, DIVISA COM LAGEADO GRANDE, FAMÍLIAS GEREMIAS, BUSNELLO, PASSANDO EM FRENTE AS ESCOLAS EBM ARI MOACIR LUNARDI, APAE, DIRCE SALETE DALL” AGNOL, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA	25.200	R\$ 14,67	R\$ 369.684,00



	MASSOLINI, EBM DOM BOSCO E RETORNO; (97,1) (NOVENTA E SETE QUILOMETROS E CEM METROS/DIA MATUTINO E VESPERTINO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (28) VINTE E OITO LUGARES. COM MONITOR.			
20	LINHA Nº 20 - PILÃO DE PEDRA E TIGRE: ITINERÁRIO, MATUTINO E VESPERTINO SAINDO DA LINHA PILÃO DE PEDRA, PASSANDO PELAS FAMÍLIAS BAGGIO, PAVAN, GALON, WICHOSKI, ATÉ A ESCOLA EEB LUÍZ LUNARDI DE VILA TIGRE E RETORNO. VESPERTINO AUMENTA A LINHA TIGRINHO, FAMILAS PERRUZZO, SGARBOSA ATÉ A ESCOLA EEB LUIZ LUNARDI DE VILA TIGRE. EXTENSÃO 81 (OITENTA E UM) KM (QUILOMETROS) DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO. VEÍCULO VAN OU KOMBI COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 14 (QUATORZE) LUGARES. COM MONITOR.	21.000	R\$ 11,75	R\$ 246.750,00
21	LINHA Nº 21 - LINHA NOTURNA SANTA TEREZINHA, ITINERÁRIO, SAÍDA CEJAX, PASSANDO NAS ESCOLAS CUSTODIO DE CAMPOS, PASSANDO, RÁDIO CULTURA, APAE, RESTAURANTE GEMOLOS, FERRAGEM DALLA SIN, MADEIREIRA STRAPASON, PARQUE DAS FLORES, RUA ANESTOR DAVI, BAIRRO SANTA TEREZINHA, AABB. PONTO PRÓXIMA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, MERCADO ROSA E SANTOS, ANTIGA BRAHMA, EEB, NEUSA MASSOLINE, BAR DO ARISI, LINHA FLORINDO FOLLE. EXTENSÃO (20) (VINTE) QUILOMETROS/DIA. HORÁRIO NOTURNO. VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (28) LUGARES. COM MONITOR.	5.200	R\$ 15,58	R\$ 81.016,00
22	LINHA Nº 22 - SÃO JOAQUIM ITINERÁRIO SAÍDA XAXIM PASSANDO POR GRANJA VALENTINI E MARROCO, CASAN, GRANJA TOPÁZIO, LINHA SÃO JOAQUIM,	29.100	R\$ 16,83	R\$ 489.753,00



	BARRAGEM, VILA SÃO JORGE ATÉ AS ESCOLAS EEB VILA DIADEMA, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, CEJAX, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECILIA MEIRELES, EBM DOM BOSCO E RETORNO. EXTENSÃO (112) CENTO E DOZE QUILOMETROS/ DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO ÔNIBUS 46 LUGARES COM MONITOR.			
23	LINHA Nº 23 - LINHA 3ª E GOLFINHO ITINERÁRIO: MATUTINO, SAÍDA DE XAXIM PASSANDO POR LINHA TERCEIRA, RUI BARBOSA, PAVILHÃO DA COMUNIDADE GOLFO SÃO ROQUE, FAMÍLIA VALDIR REGINATTO, LINHA GOLFINHO, LOTEAMENTO VENEZA, LOTEAMENTO PAVAN, LOTEAMENTO DAS VIDEIRAS, PRÓXIMO A UNOESC, ATÉ AS ESCOLAS, EBM DOUTOR ARI MOACIR LUNARDI, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EBM DIRCE SALETE DALL' AGNOL, APAE; E RETORNO, VESPERTINO; LOTEAMENTO VENEZA, EMPRESA DE ADUBOS, LOTEAMENTO PAVAN, PRÓXIMO A UNOESC PASSANDO PELAS ESCOLAS EBM DOUTOR ARI MOACIR LUNARDI, APAE, PONTO PRÓXIMO A UNO CHAPECÓ, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EBM DIRCE SALETE DALL' AGNOL E RETORNO EXTENSÃO 86 (OITENTA E SEIS) KM (QUILÔMETROS) DIÁRIOS, HORÁRIOS MATUTINO E VESPERTINO, VEÍCULO ÔNIBUS 56 LUGARES. COM MONITOR.	22.350	R\$ 18,17	R\$ 406.099,50
24	LINHA Nº 24 - POCINHOS DE BAIXO ITINERÁRIO, SAINDO DE XAXIM PASSANDO NAS FAMILIAIS BONETTI, DONATTI, BETU, LINHA POCINHO DE BAIXO, ATÉ AS ESCOLAS EEB VILA DIADEMA, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EBM DOM BOSCO, EBM DIRCE SALETE DALL' AGNOL, EEB NEUSA MASSOLINI,	32.000	R\$ 14,40	R\$460.800,00



	EEB GOMES CARNEIRO, EBM ARI LUNARDI E RETORNO. (123) (CENTO E VINTE TRÊS) QUILÔMETROS/DIA MATUTINO E VESPERTINO MICRO-ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LUGARES. COM MONITOR.			
25	LINHA Nº 25 - CACHOERINHA SÃO JOSÉ E SÃO SEBASTIÃO. ITINERÁRIO: SAÍDA XAXIM PASSANDO POR GRANJA MANGONI, BARRAGEM, PROPRIEDADE GUENO, LOCATELLI, FAMÍLIA PERREIRA ATÉ AS ESCOLAS EBM CECILIA MEIRELES, EBM DOM BOSCO, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, APAE E RETORNO. EXTENSÃO 105 (CENTO E CINCO) KM (QUILÔMETROS) POR DIA MATUTINO E VESPERTINO. VEÍCULO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA 44 (QUARENTA E QUATRO) LUGARES. COM MONITOR.	25.000	R\$ 16,17	R\$ 404.250,00
Valor Total		R\$ 7.456.096,50		

2.2 O objeto está fundamentado ([art. 18, I e II da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Estudo Técnico Preliminar (ANEXO I);

II - Termo de Referência (ANEXO II);

III - Registra-se que o descritivo dos itens que deverão ser fielmente considerados são os constantes no termo de referência.

2.3 Valor MÁXIMO do objeto: **R\$ 7.456.096,50 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, noventa e seis reais com cinquenta centavos).**

3) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por contas:

As dotações serão utilizadas as do exercício de 2025.

4) ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1 Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame ([art. 164 da Lei nº 14.133/2021](#)).

4.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame ([art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#)).



4.3 Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas ([art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

4.4 Esclarecimentos, impugnações, recursos e demais solicitações relativas a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, podem ser solicitados diretamente no Setor de Licitações do Município de Xaxim ou ainda pelo e-mail: licitacao@xaxim.sc.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 13h00min;

5) VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#):

a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria ([art. 9º, § 1º](#));

b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, I c/c § 3º](#));

c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários ([art. 14, II](#)). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, § 3º](#));

d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta ([art. 14, III](#));

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante ([art. 14, § 3º](#)).

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, IV](#));

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si ([art. 14, V](#));

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista ([art. 14, VI](#));

h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas



entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 ([art. 14, § 5º](#));

i) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada ([art. 15, IV](#));

j) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ([art. 48, p. ú.](#));

k) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 122, § 3º](#)).

5.2 O licitante **deverá** apresentar declaração que não incorre nos impedimentos (ANEXO III).

6) CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/2018)

6.1 Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

6.2 O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

6.3 O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

6.4 O LICITANTE declara que tem ciência da existência da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar (ANEXO IV).

6.5 É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6.6 O LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

6.7 As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.



6.8 O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

6.9 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

6.10 As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

6.11 Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

6.12 Por ocasião da assinatura do contrato, o LICITANTE vencedor(a) do certame, informará ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

7) APLICAÇÃO DA [LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006](#)

7.1 Conforme [art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#), aplicam-se as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006](#), exceto ([art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - No caso de licitação para adquirição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.2 Para os efeitos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte ([art. 3º](#)):

- a. Sociedade empresária;
- b. Sociedade simples;
- c. Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;
- d. Empresário a que se refere o [art. 966 do Código Civil](#):
 - i. *Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços;*
 - ii. *Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.*

7.3 Os efeitos da [Lei Complementar nº 123/2006](#) também se aplicam:

I - Ao Microempreendedor Individual – MEI nos termos do [art. 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006](#);



II - Às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei nº 11.488/2007, art. 34).

7.3.1 Para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração (ANEXO V) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II).

7.3.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

8) PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

8.1 É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV da Lei nº 14.133/2021).

8.2 A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V da Lei nº 14.133/2021).

8.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

8.4 Na fase de habilitação:

I - TÉCNICA: é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte, da Lei nº 14.133/2021);

II - ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte, da Lei nº 14.133/2021);

b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação (art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

8.5 A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

a) Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I da Lei nº 14.133/2021);

b) Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II da Lei nº 14.133/2021).

9) PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

9.1 Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

a) Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;



b) [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#) – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACCOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

c) [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#) – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

9.2 Conforme [art. 34 da Lei nº 11.488/2007](#), aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no [inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X ([art. 42 ao 67-A](#)), na Seção IV do Capítulo XI ([art. 73 e 73-A](#)), e no Capítulo XII ([art. 74 ao 75-B](#)) da referida Lei Complementar.

10) REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

10.1 Conforme [art. 12 da Lei nº 14.133/2021](#):

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no [art. 52 da Lei nº 14.133/2021](#) (licitações internacionais);

III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11) VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

11.1 Tão logo o Município tenha conhecimento fornecedor interessado em participar do certame, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela [Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#):

a) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#);

b) [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#).

11.2 A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>



11.3 A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

11.4 A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#)¹.

12) FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

12.1 Para este certame, a sequência das fases será ([art. 17, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- 1º PROPOSTA;
- 2º HABILITAÇÃO.

12.2 A fase RECURSAL será única ([art. 165, § 1º, II da Lei nº 14.133/2021](#)).

13) CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

13.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

13.2 Para elaboração e apresentação das propostas o licitante deve:

- a) Levar em consideração o disposto neste edital e em seus anexos;
 - a. Não ofertar proposta com valor superior ao indicado neste edital;
- b) Apresentar declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas ([art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#));
- c) Encaminhar proposta na plataforma indicada no preâmbulo;
- d) A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão, sendo que decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficará o licitante liberado do compromisso assumido.

*Art. 90, § 3º Decorrido o prazo de validade da proposta **indicado no edital** sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.*

13.3 O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública ([art. 13, I da Lei nº 14.133/2021](#)), sob pena de incursão no [art. 337-J do Código Penal](#)².

13.4 Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

13.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

¹ **Contratação inidônea**

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Penal - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Penal - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma penal do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma penal do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.

² **Violação de sigilo em licitação**

[Art. 337-J](#). Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Penal - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.

Página 20 de 79



13.6 No caso de a desconexão do **pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio: <https://www.xaxim.sc.gov.br>.

13.7 Quanto aos lances:

I - Os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos, decrescentes, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico.

II - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa.

13.8 MODO DE DISPUTA:

I - ABERTO:

a) 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;

b) A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;

c) Não havendo novos lances nos últimos 2 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;

d) Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o **pregoeiro**, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;

e) Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

f) Durante o envio de lances, o **pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;

g) Se ocorrer a desconexão do **pregoeiro** no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

II - ANÁLISE DE PROPOSTA

Serão desclassificadas as propostas que ([art. 59, caput, da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

f) Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas ([art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

III - A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

13.9 EXEQUIBILIDADE:



I - O Município poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada ([art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.10 EMPATE:

I - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem ([art. 60, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133/2021](#);
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

13.11 DIREITO DE PREFERÊNCIA:

I - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por ([art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#) (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

II - Ainda, devem ser aplicadas as regras dos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#) ([art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da [Lei Complementar nº 123/2006](#), se procederá da seguinte forma:

- a) O licitante coberto pelos [arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006](#) mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;
- b) Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#).

13.12 NEGOCIAÇÃO:

- a) Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado ([art. 61, caput da Lei nº 14.133/2021](#)).
- b) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração ([art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).
- c) A negociação será conduzida pelo pregoeiro e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes ([art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).
- d) Se a proposta for desclassificada o pregoeiro examinará a proposta subsequente e



assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

14) DA HABILITAÇÃO

14.1 Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual deverá apresentar os documentos na data e hora informados no preâmbulo ([art. 63, II da Lei nº 14.133/2021](#))

14.2 Os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

14.3 Em se tratando de licitante apto a usufruir dos benefícios da [Lei Complementar nº 123/2006](#):

I - Deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição ([art. 43](#));

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa ([art. 43, § 1º](#));

III - A não-regularização da documentação, no prazo previsto anteriormente, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação ([art. 43, § 2º](#)).

14.4 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 64 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.5 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação ([art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.6 Documentos a serem apresentados ([art. 62 ao 70 da Lei nº 14.133/2021](#))

14.6.1 PESSOA JURÍDICA

I - Declaração que atende aos requisitos de habilitação ([art. 63, I da Lei nº 14.133/2021](#))

II - Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do [art. 93 da Lei nº 8.213/91](#) ([art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021](#))

III - **HABILITAÇÃO JURÍDICA** ([art. 66 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:

i) Estatuto ou contrato social;



- ii) Ato constitutivo;
- iii) Registro comercial;
- iv) Decreto de autorização.

IV - HABILITAÇÃO TÉCNICA ([art. 67 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Atestado de Capacidade Técnica, comprovando que a licitante efetuou prestação de serviços semelhantes, com quantitativo mínimo de 50% ao exigido neste ETP/TR.

b) Declaração formal e expressa, firmada pela proponente, comprovando disponibilidade de veículos para o transporte escolar, com capacidade com as mesmas características ou superiores do objeto cotado, para eventuais substituições emergenciais em caso fortuito e em casos de contratação de mais de um serviço concomitantemente pelas secretarias do município.

c) Atestado de visita técnica ou Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

c.1 Para a emissão do Atestado de Visita Técnica de que trata o item, os licitantes interessados deverão visitar o local até 01 (um) dia útil anteriores à data de recebimento das propostas, devendo agendar horário com o servidor Angélico Secco, por meio do telefone (49) 3353 4272 e 3353 5723, das 07h00 às 13h00, de segunda à sexta-feira, exceto feriados. A visita deverá ser realizada por Responsável da licitante, legalmente vinculado ou por representante legal da empresa que deverá possuir procuração com firma reconhecida, acompanhado com Contrato Social da empresa e documentos pessoais.

c.2 Justifica-se a inclusão da visita técnica na presente licitação com o objetivo das empresas licitantes terem certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o local, objeto da licitação para EVITAR apontamentos posteriores.

V - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, ECONÔMICA E TRABALHISTA ([art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) [CNPJ](#);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, SE HOUVER, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Regularidade com a Fazenda federal e com a Seguridade Social: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>

d) Regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante;

e) Regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;

f) Regularidade com o FGTS: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

g) Regularidade com a Justiça do Trabalho: <https://www.tst.jus.br/certidao1>

h) Cumprimento do [art. 7º, XXXIII da CF/88](#): proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

i) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

14.7 Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.



14.8 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

14.9 Após declarados os vencedores do certame licitatório, as empresas vencedoras deverão, em até 5 (cinco) dias, apresentar à Comissão do Transporte Escolar os seguintes documentos:

Do Veículo:

- a)** Comprovante do pagamento do seguro obrigatório do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação dos serviços de transporte escolar;
- b)** Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
- c)** Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- d)** Cintos de segurança em número igual à lotação;
- e)** Quando os veículos não forem de propriedade da Contratada, este deverá apresentar documento que comprove o direito de utilizá-lo para a execução do objeto deste certame, no mínimo durante a vigência do contrato, sendo de categoria “Aluguel”;
- f)** Quando da substituição de veículo ou vínculo, o proponente terá o prazo de 10 dias úteis para a regularizar a documentação junto ao Departamento de Transporte Escolar;
- g)** Autorização do Poder Público Concedente (Art. 135, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, do Código de Trânsito Brasileiro);
- h)** O veículo deverá ser conduzido por motorista que possua vínculo empregatício e/ou pelo proprietário ou sócio da empresa contratada e que tenha no mínimo 21 anos;
- i)** O veículo deverá apresentar pintura na faixa horizontal na cor amarela, com 40cm de largura, à meia altura em toda a extensão das partes laterais e traseiras da carroceria com o dístico “ESCOLAR”, em preto, sendo que se tratando de veículo da cor amarela, as cores devem ser invertidas.
- j)** Os veículos destinados ao Transporte Escolar deverão ter idade máxima de 15 (quinze) anos, os quais deverão ser apresentados cópias dos documentos expedido pelo DETRAN, comprovando o ano e modelo do veículo, para atendimento a proposta efetuada;
- k)** Serão considerados o ano de fabricação do veículo e o ano da abertura do certame, para efeitos de cálculo de idade máxima.
- l)** Certificado de Inspeção Veicular de Transporte Escolar emitido por órgão autorizado pelo INMETRO, com prazo de vigência válido;
- m)** O fornecedor deverá ainda providenciar cópia da apólice do Seguro com as coberturas mínimas exigidas pelo DETER, Seguro de Responsabilidade Civil Obrigatória – RCO regulamento pela Resolução n 001/2016, às suas expensas. Seguro do transportador e o seguro dos passageiros transportados, não cabendo a contratante qualquer obrigação decorrente de eventuais acidentes, quebras ou danos ao veículo transportador ou a terceiros; não havendo seguro contratado, deverá apresentar no prazo citado na letra “a” o encaminhamento da proposta do seguro e, posteriormente, no prazo de 30(trinta) dias, a apólice definitiva do mesmo, sendo de inteira responsabilidade do licitante a cobertura total do seguro em conformidade com o número de passageiros do veículo.

Do Condutor:

- a)** Apresentar documentação que ateste o cumprimento, pelo motorista que efetuará o serviço, das exigências previstas no Art. 138, do Código de Trânsito Brasileiro – Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997, ou seja:
- b)** Ter idade mínima de 21 anos (apresenta carteira de identidade do motorista);



c) Ser habilitado no mínimo na categoria “D” (inciso I, Art. 143, da Lei nº 9.503/97), apresentar Carteira Nacional de Habilitação;

d) Não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 meses, (apresentar extrato de pontuação da CNH o qual é retirado pela CRT no momento do protocolo do processo);

e) Ser aprovado em curso especializado Formação de Conductor de Veículos de Transporte Escolar, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei nº 9.503/97 e Art. 33, da Resolução nº 168 de 14 dezembro de 2004, atualizada no CONTRAN);

f) Certidão negativa de interdição (órfãos e sucessões) e do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores.

g) Apresentar, a Carteira de Trabalho, ou, ainda, contrato social e Previdência Social – CTPS – dos motoristas, devidamente anotada pela licitante, ou Ficha de Registro de Empregado – RE devidamente registrada no Ministério do Trabalho, ou, ainda contrato social e última alteração, se houver, caso o motorista seja sócio.

h) Documento(s) comprobatório(s), certificado de conclusão de curso de reciclagem realizado dentro do últimos 5(cinco) anos, inclusive curso específico para Transporte Escolar.

Até a data limite de 30 de junho de 2025, obrigatoriamente todos os veículos para transporte de estudantes, no Município de Xaxim-SC, contratados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), deverão possuir no mínimo (02) duas câmeras de monitoramento interno, interligadas com a central da Secretaria Municipal de educação e cultura de acordo com as normas que serão estabelecidas pela administração pública municipal de Xaxim-SC no período.

15) DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

15.1 Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de ([art. 165, I da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Julgamento das propostas;

b) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

c) Anulação ou revogação da licitação;

d) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

15.2 Se apresentado recurso em virtude do disposto em I ou II do item anterior, serão observadas as seguintes disposições ([art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021](#), da ata de julgamento;

II - A apreciação dar-se-á em fase única.

15.3 O recurso para os casos indicados no item 1:

a) Será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida ([art. 165, § 2º \[primeira parte\] da Lei nº 14.133/2021](#));

b) Apresentado o recurso, inicia prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões, a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso ([art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#));

c) Encerrado o prazo para apresentação das contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida analisará o recurso e as contrarrazões (se apresentadas) e proferirá decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – primeira parte](#));



d) Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – segunda parte](#));

e) O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento ([art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.4 Dos atos que não cabem recurso, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ([art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.5 Quando aplicada sanção prevista no [art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#):

I - Cabe recurso ([art. 166 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Sanções previstas nos [incisos I, II e III do caput do art. 156 desta Lei](#);

b) Recurso deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, para apreciação e decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

d) Se não houver reconsideração da decisão, será encaminhado recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

II - Cabe pedido de reconsideração ([art. 167 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Sanção prevista no [inciso IV do caput do art. 156 desta Lei](#);

b) Pedido deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 Sobre recursos e pedidos de reconsideração:

I - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente ([art. 168, caput da Lei nº 14.133/2021](#));

II - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias ([art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#));

III - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses ([art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)).

16) DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 Conforme [art. 71 da Lei nº 14.133/2021](#), encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo de contratação será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) Revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) Proceder à anulação do processo de contratação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) Adjudicar o objeto e homologar o processo de contratação.

16.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa ([art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).



16.3 O motivo determinante para a revogação do processo de contratação deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado ([art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

16.4 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados ([art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

16.5 A anulação do processo de contratação induz à do contrato.

17) CONTRATO ADMINISTRATIVO - REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO

17.1 O contrato administrativo observará, entre outras, as seguintes condições:

I - Regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado ([art. 89, caput da Lei nº 14.133/2021](#));

II - O Município convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do **prazo máximo de 05 dias**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 ([art. 90, caput da Lei nº 14.133/2021](#));

a) O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração ([art. 90, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#));

b) Poderá o Município, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor ([art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#));

c) Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos ([art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#));

d) Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar as condições anteriores, o Município, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá ([art. 90, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)):

i) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

ii) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;

e) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante ([art. 90, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma [do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 90, § 6º da Lei nº 14.133/2021](#));

f) É possível que o Município convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos [§§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021](#)).



III - Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial ([art. 91, caput da Lei nº 14.133/2021](#));

a) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo ([art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#));

b) A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>;

c) A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*);

IV - Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente o disposto no [art. 92 da Lei nº 14.133/2021](#);

a) O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do [art. 95, caput da Lei Federal nº 14.133/2021](#), sempre observando o disposto no [Título III da Lei Federal nº 14.133/2021](#) (Dos Contratos Administrativos);

b) O contrato terá seu preço reajustado pelo índice INPC com data-base vinculada à data do orçamento estimado ([art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#));

c) Poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos ([art. 92, § 3º, \[parte final\] da Lei nº 14.133/2021](#)).

V - O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura ([art. 94, I da Lei nº 14.133/2021](#));

VI - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a) O vencedor assumirá responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, causados a esta Municipalidade ou a terceiros;

b) O vencedor obriga-se a cumprir todas as exigências do presente edital e da secretaria de educação e cultura, de maneira a atender as necessidades;

c) O vencedor assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do serviço;

d) O vencedor obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

e) O vencedor deverá cumprir rigorosamente o trajeto estabelecido no Anexo dos itens, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e número total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município;

f) O vencedor formará o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato bem como eventuais substituições de pessoal que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

g) O vencedor sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.



h) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto

VII - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a) Efetuar o empenho da despesa, no qual constará da dotação orçamentária específica de forma a garantir o pagamento das obrigações assumidas;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Receber provisoriamente o objeto mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário observando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- d) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/ servidor especialmente designado;
- f) A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- g) Rejeitar, no todo ou em parte os materiais entregues em desacordo com as especificações contidas nesse Termo de Referência.
- h) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- i) A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Licitante Vencedora e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

VIII - EXTINÇÃO CONTRATUAL: Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações ([art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - i) *Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;*
 - ii) *Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).*
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - i) *Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;*



XI - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no processo ([art. 138, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#));

XII - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a ([art. 138, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

XIII - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências ([art. 139 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade, devendo o ato ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.
- c) Execução da garantia contratual para:
 - i) *Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;*
 - ii) *Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;*
 - iii) *Pagamento das multas devidas à Administração Pública;*
 - iv) *Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;*
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

XIV - Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#) serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)).

17.2 GESTÃO DO CONTRATO

Como responsável pela Gestão do Contrato a ser firmado designa-se o secretário Gildomar Michelin, matrícula nº 1100.

17.3 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O responsável pela fiscalização será o servidor Angélico Secco, matrícula nº 2088

18) RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 O objeto será recebido ([art. 140, II da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

18.2 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato ([art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

18.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e neste edital ([art. 140, § 2º da Lei nº](#)



[14.133/2021](#)).

18.4 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme regulamento municipal de Xaxim – Decreto nº 0481/2023 ([art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):

Art. 2º Os recebimentos provisório e definitivo ocorrerão: **I - Compras (exceto Veículos, Máquinas e Equipamentos)**: aposição de carimbo na nota fiscal e/ou preenchimento de formulário (Anexo Único), que deverá ser anexado à nota fiscal;

Art. 4º Os prazos para recebimento provisório e definitivo serão: **I - Compra e Serviços que não são de engenharia**: serão definidos nos editais e contratos, de acordo com cada objeto, observando, quando tiver, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência – TR ou outros documentos técnicos;

19) PAGAMENTO

19.1 No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos ([art. 141, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I** - Fornecimento de bens;
- II** - Locações;
- III** - Prestação de serviços;
- IV** - Realização de obras.

19.2 A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações ([art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

- a)** Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- b)** Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- c)** Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- d)** Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- e)** Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

19.3 A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização ([art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

19.4 O Município disponibilizará, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem ([art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

19.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento ([art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#)).

19.6 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total ([art. 145, caput da Lei nº 14.133/2021](#)).



19.6.1 A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório ([art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

19.6.2 Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido ([art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

19.7 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#) – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal ([art. 146 da Lei nº 14.133/2021](#)).

20) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I** - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II** - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

20.2 DAS PENALIDADES:

I – ADVERTÊNCIA (art. 156, § 2º): será aplicada por escrito, quando o CONTRATADO deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou entrega dos bens, bem como por atos que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução deste instrumento, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros;

II – MULTAS (art. 156, § 3º): serão aplicadas por infrações que obstaculizem a concretização do objeto licitado, por culpa do CONTRATADO, e compreenderão:

- a)** Atraso de até 05 (cinco) dias na entrega do produto, execução de obra e/ou prestação do serviço, multa de **5%** (cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- b)** Atraso superior a 05 (cinco) dias na entrega do produto, execução de obra e/ou prestação do serviço, multa de **10%** (dez por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Xaxim;
- c)** Será aplicada multa de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer das obrigações contidas no edital, ressalvadas aquelas para



as quais tenham sido fixadas penalidades específicas, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Xaxim;

20.2.1 A multa deverá ser recolhida aos cofres do Município de Xaxim, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após a respectiva notificação.

20.2.2 Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela descontada dos créditos existentes em nome da CONTRATADA ou, não havendo esses ou sendo ela maior que crédito, lançados em dívida ativa e/ou cobrada judicialmente com ônus ao devedor em qualquer hipótese;

20.2.3 As multas previstas neste inciso são cumulativas, ou seja, incidem umas sobre as outras, em seus limites incidentes sobre cada uma delas;

III – IMPEDIMENTO de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Xaxim, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º): A licitante será sancionada com a pena de impedimento de licitar ou contratar com este Município e será descredenciada do seu Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos seguintes casos:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

IV – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º): nos seguintes casos Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- a) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- c) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

20.3 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4 Para aplicação das sanções (arts. [156, § 6º, I](#), [157](#) e [158](#) da Lei nº 14.133/2021):

I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

II - Incisos III e IV do item 1:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;



- b)** O contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- c)** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d)** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e)** A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));
- f)** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
 - i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;*
 - ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;*
 - iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.*

20.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.6 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.9 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

a) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de



outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.11 É admitida a reabilitação do contratado perante o Município de Xaxim, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)).

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

20.12 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do *caput* do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

21) DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 É facultado ao pregoeiro ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.2 Sobre a contagem dos prazos:

- I - Sempre observará o [art. 183 da Lei nº 14.133/2021](#);
- II - Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

21.3 Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital e seus anexos serão divulgados:

- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Página do Município de Xaxim (www.xaxim.sc.gov.br/licitacoes);
- III - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#));
- IV - Diário Oficial do Estado – DOE ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#));
- V - Jornal diário de grande circulação local ([art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.4 O edital e todos os seus anexos serão divulgados na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso ([art. 25, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.5 São anexos deste edital:

- I - Estudo Técnico Preliminar - ETP
- II - Termo de Referência – TR
- III - Declaração Unificada
- IV - Declaração LGPD
- V - Declaração para LC 123/2006
- VI - Proposta + Declaração [art. 63, § 1º](#)



PREFEITURA DE
XAXIM

VII - Declaração [art. 63, I](#) – atende os requisitos de habilitação

VIII - Contrato Administrativo

21.6 Os casos omissos serão dirimidos com estrita observância à [Lei nº 14.133/2021](#).

21.7 As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Xaxim, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Xaxim, 26 de dezembro de 2024.

Ideraldo Luiz Sorgatto
Prefeito Municipal em Exercício



ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º

O Município de Xaxim tem a necessidade da Contratação de empresa no ramo de transporte coletivo de passageiros/transporte escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos das Redes Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município de Xaxim.

Este procedimento visa a contratação da melhor solução para atender a demanda de transporte de alunos da rede Municipal e Estadual de ensino, conforme demanda apresentada pela Secretaria de Educação e Desporto do Município de Xaxim – SC.

Considerando que o Município de Xaxim – SC tem como prioridade assegurar o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, oferecendo educação de qualidade e meios que garantam o direito ao ensino público, é imprescindível a contratação de transporte escolar para possibilitar o aprendizado dos estudantes.

Ademais, conforme a Constituição Federal, no Art. 208, Inciso VII, é garantido o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares, como transporte escolar. Dessa forma, é dever do município assegurar o transporte escolar aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.

Contratação de serviço de transporte escolar para alunos matriculados na rede municipal e estadual de ensino do Município de Xaxim em regime de execução indireta e de forma contínua, com veículos, motoristas e monitores sob responsabilidade da empresa. O serviço de transporte deverá estar disponível de segunda a sexta, ou quando requisitada em fins de semana em aulas de reposição, e /ou atividades extracurriculares, por um período de 200 dias letivos, abrangendo os cronogramas de ensino matutino, vespertino e período integral. Os motoristas obrigatoriamente têm que possuir CNH “D” ou superior com curso de Condutor de Transporte Escolar e os monitores com curso específico da função. Assim, a referida contratação justifica-se para a promoção da locomoção diária dos alunos, visando garantir a eles o acesso e a permanência nos espaços escolares, possibilitando o ingresso nas Escolas e Colégios e evitando, dessa forma, a evasão, sendo assim, pertinente a contratação do serviço.

Considerando o exposto na Descrição da necessidade e levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Educação não detém os meios necessários à concretização do objeto.

Portanto, conforme a situação apresentada, entende-se como procedente a contratação das empresas.

O Estudo Técnico Preliminar analisa que a contratação da empresa especializada é razoável pois otimiza os resultados pretendidos. Também se define pelo fato de que o Município não viabiliza a execução direta, devido ao custo muito elevado de mão de obra e aquisição de frota própria de ônibus, que hoje não possui.

Os principais benefícios a serem alcançados com a contratação do serviço de transporte escolar são:

- **Garantir o acesso, a permanência e o regresso escolar dos estudantes**, proporcionando um meio eficiente de transporte, contribuindo para a redução dos efeitos das desigualdades sociais.
- **Assegurar o transporte seguro e contínuo dos alunos**, garantindo o deslocamento de ida e volta entre suas residências e as escolas atendidas pelo serviço.



- **Desenvolver e fortalecer as ações de assistência estudantil** no âmbito municipal, viabilizando a implementação de Programas Sociais de Assistência Estudantil.
- **Facilitar a execução das atividades de ensino, extensão e pesquisa nas escolas**, assegurando que as unidades de ensino possam atender seus alunos de forma plena e contínua.
- **Contribuir para o cumprimento das metas e objetivos educacionais**, primando pela eficiência e economia na prestação dos serviços de transporte escolar.
- **Reduzir as desigualdades sociais**, garantindo que todos os alunos, independentemente de sua classe social ou localização, tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais oferecidas pela rede municipal de ensino.
- **Minimizar as barreiras para a frequência escolar**, evitando que a falta de transporte adequado contribua para a evasão escolar e promovendo a permanência dos alunos na educação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para ser contratado, no mínimo deve ser comprovado que:

- Os serviços serão prestados por uma empresa especializada no ramo, com comprovação técnica;
- A prestação dos serviços não estabelece vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Trata-se de um serviço em regime de execução indireta, com natureza contínua;
- Até a data limite de 30 de junho de 2025, obrigatoriamente todos os veículos para transporte de estudantes, no Município de Xaxim-SC, contratados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), deverão possuir (02 ou 3) duas ou três câmeras de monitoramento interno, interligadas com a central da Secretaria Municipal de educação e cultura de acordo com as normas que serão estabelecidas pela administração pública municipal de Xaxim-SC no período.
- A empresa deve estar com todas as suas documentações atualizadas e em dia, incluindo todas as negativas.

Documentos que são solicitados para habilitação do licitante nos processos licitatório:

Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e última alteração, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores.

a.1) Caso a licitante tenha apresentado Ato Constitutivo/Contrato Social no ato do credenciamento, fica isento de apresentá-lo novamente na fase de habilitação.

- b) Declaração de não empregabilidade de menores, conforme Art. 7º, inciso XXXIII, CF.
- c) Declaração de não Parentesco (modelo Anexo VII).
- d) Alvará de localização e Funcionamento da sede da empresa.
- e) Inscrição de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- f) Consulta no Cadastro de Empresas Idôneas e Suspensas – CEIS.

Habilitação Fiscal:

- a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;



c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, englobando as contribuições sociais e previdenciárias;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

Habilitação Trabalhista:

a) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (Justiça do Trabalho www.tst.jus.br).

Habilitação Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata.

Habilitação Técnica:

a) Certificado de Registro e Licenciamento Veicular, comprovando que possui o veículo disponível para a prestação do serviço, com as características mínimas exigidas no Edital.

Após declarados os vencedores do certame licitatório, as empresas vencedoras deverão, em até 5 (cinco) dias, apresentar à **Comissão do Transporte Escolar** os seguintes documentos:

Do Veículo:

a) Comprovante do pagamento do seguro obrigatório do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação dos serviços de transporte escolar;

b) Quando os veículos não forem de propriedade da Contratada, este deverá apresentar documento que comprove o direito de utilizá-lo para a execução do objeto deste certame, no mínimo durante a vigência do contrato, sendo de categoria “Aluguel”;

c) Quando da substituição de veículo ou vínculo, o proponente terá o prazo de 10 dias úteis para a regularizar a documentação junto ao Departamento de Transporte Escolar;

d) Autorização do Poder Público Concedente (Art. 135, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, do Código de Trânsito Brasileiro);

e) O veículo deverá ser conduzido por motorista que possua vínculo empregatício e/ou pelo proprietário ou sócio da empresa contratada e que tenha no mínimo 21 anos;

f) O veículo deverá apresentar pintura na faixa horizontal na cor amarela, com 40cm de largura, à meia altura em toda a extensão das partes laterais e traseiras da carroceria com o dístico “ESCOLAR”, em preto, sendo que se tratando de veículo da cor amarela, as cores devem ser invertidas.

g) Os veículos destinados ao Transporte Escolar deverão ter idade máxima de 15 (quinze) anos, os quais deverão ser apresentados cópias dos documentos expedido pelo DETRAN, comprovando o ano e modelo do veículo, para atendimento a proposta efetuada;

h) Será considerado o ano de fabricação do veículo e o ano da abertura do certame, para efeitos de cálculo de idade máxima.

i) Certificado de Inspeção Veicular emitido por órgão autorizado pelo Inmetro, com prazo de vigência válido;

j) O fornecedor deverá ainda providenciar cópia da apólice do Seguro com as coberturas mínimas exigidas pelo DETER, Seguro de Responsabilidade Civil Obrigatória – RCO regulamento pela Resolução n 001/2016, às suas expensas. Seguro do transportador e o seguro dos passageiros transportados, não cabendo a contratante qualquer obrigação decorrente de eventuais acidentes, quebras ou danos ao veículo transportador ou a terceiros; não havendo seguro contratado, deverá apresentar no prazo citado na letra “a” o



encaminhamento da proposta do seguro e, posteriormente, no prazo de 30(trinta) dias, a apólice definitiva do mesmo, sendo de inteira responsabilidade do licitante a cobertura total do seguro em conformidade com o número de passageiros do veículo.

Do Condutor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento, pelo motorista que efetuará o serviço, das exigências previstas no Art. 138, do Código de Trânsito Brasileiro – Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997, ou seja:

b) Ter idade mínima de 21 anos (apresenta carteira de identidade do motorista);

c) Ser habilitado no mínimo na categoria “D” (inciso I, Art. 143, da Lei nº 9.503/97), apresentar Carteira Nacional de Habilitação;

d) Não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 meses, (apresentar extrato de pontuação da CNH o qual é retirado pela CRT no momento do protocolo do processo);

e) Ser aprovado em curso especializado Formação de Condutor de Veículos de Transporte Escolar, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei nº 9.503/97 e Art. 33, da Resolução nº 168 de 14 dezembro de 2004, atualizada no CONTRAN);

f) Certidão negativa de interdição (órfãos e sucessões) e do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores.

g) Apresentar, a Carteira de Trabalho, ou, ainda, contrato social e Previdência Social – CTPS – dos motoristas, devidamente anotada pela licitante, ou Ficha de Registro de Empregado – RE devidamente registrada no Ministério do Trabalho, ou, ainda contrato social e última alteração, se houver, caso o motorista seja sócio.

h) Documento(s) comprobatório(s), certificado de conclusão de curso de reciclagem realizado dentro do últimos 5(cinco) anos, inclusive curso específico para Transporte Escolar.

Até a data limite de 30 de junho de 2025, obrigatoriamente todos os veículos para transporte de estudantes, no Município de Xaxim-SC, contratados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), deverão possuir (02) duas câmeras de monitoramento interno, interligadas com a central da Secretaria Municipal de educação e cultura de acordo com as normas que serão estabelecidas pela administração pública municipal de Xaxim-SC no período.

O município ainda não dispõe de Plano de Contratações Anual – PCA, por isso não há como demonstrar a previsão de contratação para suprir tal necessidade. Ressalta-se que se trata de documento facultativo conforme inciso VII do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A quantidade estimada foi definida com base no histórico de uso dos processos anteriores, levando em conta a quilometragens e itinerários das comunidades da área rural e perímetro urbano, definido pelas Secretarias e Departamentos Municipais. Com quantidade estimada por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

As quantidades serão apontadas individualmente ao final deste termo.

O valor da contratação foi estimado com base em pesquisas feitas diretamente com fornecedores, os quais foram escolhidos por serem participantes de processos anteriores e estarem dispostos a fornecer o orçamento solicitado.

A solução proposta consiste em contratação de empresa para execução de transporte escolar no município, em rotas rurais e urbanas. A empresa deverá possuir experiência comprovada através de atestados de capacidade, possuir todos os veículos dentro das conformidades, com vistorias e laudos emitidos pelos órgãos competentes, seguros dos



veículos e passageiros, apresentar motoristas e monitores devidamente aptos, com documentação, cursos e demais obrigações com a função.

A empresa contratada é responsável pelo transporte dos alunos que fizerem parte a rota contratada, garantindo segurança e qualidade aos transportados.

O Departamento de Transporte Escolar acompanhará e fiscalizará a prestação dos serviços contratados, acompanhando as rotas e verificando as condições e documentações dos veículos e colaboradores

A contratação será efetuada por item, possibilitando uma maior participação dos fornecedores e maior competitividade entre os mesmos.

O artigo 10 da Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina que os estados e municípios devem assumir o transporte escolar dos alunos da rede pública. Essa determinação também está na Lei nº 10.709 de 31 de julho de 2003. Nesse sentido, a contratação de empresas prestadoras de serviços de transporte escolar visa atender a demanda de alunos oriundos da zona rural de nosso município, oportunizando a eles o acesso gratuito ao ensino público.

O Responsável pela Gestão será o secretário Gildomar Michelin, matrícula nº 1100.

O responsável pela fiscalização será o servidor Angélico Secco, matrícula nº 2088.

No momento tínhamos Processos do mesmo objeto vigentes até o dia 31 de dezembro de 2024.

Para que se tenha um mínimo impacto no ambiente, todos os veículos dessa licitação terão que ser abastecidos, junto com o diesel, um produto chamado ARLA (Agente Redutor Líquido de óxido de nitrogênio Automotivo) que é atuante para diminuição de poluentes no ar, através dos gases emitidos pelo escape dos veículos movidos a diesel e que também na vistoria do INMETRO é feito um teste no Sistema de Alimentação de Combustível e no Sistema de Exaustão dos Gases.

Para suprir as necessidades previstas nos itens referentes a transporte escolar constados no Estudo Técnico Preliminar se faz necessária a Contratação de empresa no ramo de transporte coletivo de passageiros/transporte escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos das Redes Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município de Xaxim.

Xaxim. 13 de dezembro de 2024

GRAZIELE BRAZZO GIACHINI
Responsável pela elaboração do termo



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

[Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XXIII](#) c/c [art. 40, § 1º](#)

O objeto em questão será a Contratação de empresa no ramo de transporte coletivo de passageiros/transporte escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos das Redes Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município de Xaxim.

O prazo do contrato será de 12 meses podendo ser prorrogado por igual período desde que seja comprovado sua vantajosidade.

Os quantitativos seguem em anexo ao final do termo de referência. A quantidades estão excedentes do solicitado para termos uma margem de segurança e evitar tanto aditivos com o aumento de rotas.

Alguns dos matérias que serão adquiridos não se encontram em catálogo compras.gov, portanto as descrições não seguem a do catálogo eletrônico de padronização, sendo assim segue a especificação dos itens em anexo ao final do termo de referência.

A contratação está fundamentada no estudo técnico preliminar do abjeto já citado da secretaria de educação e cultura.

Como solução faz-se necessário a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar é de grande importância principalmente a alunos do interior do município, é uma solução importante para garantir que alunos de áreas mais afastadas ou de difícil acesso possam frequentar a escola regularmente, promovendo a inclusão educacional.

As crianças são transportadas diretamente de casa para a escola e vice-versa o que torna a rotina mais prática e confortável para aluno e pais, que não precisam se preocupar com o transporte dos filhos o que ajuda na gestão do dia-a-dia. O transporte escolar oferece maior tranquilidade para os pais, que sabem que seus filhos estão sendo transportados de forma segura e com profissionais qualificados.

O transporte escolar é uma ferramenta crucial para gerar a inclusão e acessibilidade no ambiente escolar. Ele permite que assim como os estudantes que moram em áreas rurais ou que enfrentam dificuldade de mobilidade tenham acesso à escola e tenham as mesmas oportunidades educacionais que os alunos. Isso garante que todos possam frequentar as aulas de forma regular, sem que a distância ou o deslocamento se tornem obstáculos.

Sem o transporte adequado, muitos alunos podem ter dificuldades em frequentar a escola, o que pode levar à evasão escolar. Com o transporte escolar, essas barreiras são minimizadas, contribuindo para uma maior taxa de permanência dos alunos na educação. Ao fornecer uma opção acessível e segura de transporte, o serviço escolar contribui para reduzir as desigualdades sociais, permitindo que todos os alunos, independentemente de sua classe social ou localização, tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais.

Em resumo, o transporte escolar é uma peça-chave para garantir que todos os alunos, independentemente de sua localização ou necessidades especiais, possam ter acesso à educação de forma igualitária, promovendo a **inclusão** e **acessibilidade** dentro do sistema educacional.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para ser contratado, no mínimo deve ser comprovado que:

- Os serviços serão prestados por uma empresa especializada no ramo, com comprovação técnica;
- A prestação dos serviços não estabelece vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Trata-se de um serviço em regime de execução indireta, com natureza contínua;



Até a data limite de 30 de junho de 2025, obrigatoriamente todos os veículos para transporte de estudantes, no Município de Xaxim-SC, contratados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), deverão possuir (02 ou 3) duas ou três câmeras de monitoramento interno, interligadas com a central da Secretaria Municipal de educação e cultura de acordo com as normas que serão estabelecidas pela administração pública municipal de Xaxim-SC no período.

- A empresa deve estar com todas as suas documentações atualizadas e em dia, incluindo todas as negativas.

Documentos que são solicitados para habilitação do licitante nos processos licitatório:

Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e última alteração, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores.

a.1) Caso a licitante tenha apresentado Ato Constitutivo/Contrato Social no ato do credenciamento, fica isento de apresentá-lo novamente na fase de habilitação.

b) Declaração de não empregabilidade de menores, conforme Art. 7º, inciso XXXIII, CF.

c) Declaração de não Parentesco (modelo Anexo VII).

d) Alvará de localização e Funcionamento da sede da empresa.

e) Inscrição de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

f) Consulta no Cadastro de Empresas Idôneas e Suspensas – CEIS.

Habilitação Fiscal:

a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;

b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;

c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, englobando as contribuições sociais e previdenciárias;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

Habilitação Trabalhista:

a) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (Justiça do Trabalho www.tst.jus.br).

Habilitação Financeira:

Certidão Negativa de Falência e Concordata.

Habilitação Técnica:

Certificado de Registro e Licenciamento Veicular, comprovando que possui o veículo disponível para a prestação do serviço, com as características mínimas exigidas no Edital.

Após declarados os vencedores do certame licitatório, as empresas vencedoras deverão, em até 5 (cinco) dias, apresentar à Comissão do Transporte Escolar os seguintes documentos:

Do Veículo:

a) Comprovante do pagamento do seguro obrigatório do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação dos serviços de transporte escolar;



- b)** Quando os veículos não forem de propriedade da Contratada, este deverá apresentar documento que comprove o direito de utilizá-lo para a execução do objeto deste certame, no mínimo durante a vigência do contrato, sendo de categoria “Aluguel”;
- c)** Quando da substituição de veículo ou vínculo, o proponente terá o prazo de 10 dias úteis para a regularizar a documentação junto ao Departamento de Transporte Escolar;
- d)** Autorização do Poder Público Concedente (Art. 135, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, do Código de Trânsito Brasileiro);
- e)** O veículo deverá ser conduzido por motorista que possua vínculo empregatício e/ou pelo proprietário ou sócio da empresa contratada e que tenha no mínimo 21 anos;
- f)** O veículo deverá apresentar pintura na faixa horizontal na cor amarela, com 40cm de largura, à meia altura em toda a extensão das partes laterais e traseiras da carroceria com o dístico “ESCOLAR”, em preto, sendo que se tratando de veículo da cor amarela, as cores devem ser invertidas.
- g)** Os veículos destinados ao Transporte Escolar deverão ter idade máxima de 15 (quinze) anos, os quais deverão ser apresentados cópias dos documentos expedido pelo DETRAN, comprovando o ano e modelo do veículo, para atendimento a proposta efetuada;
- h)** Será considerado o ano de fabricação do veículo, para efeitos de cálculo de idade máxima.
- i)** Certificado de Inspeção Veicular emitido por órgão autorizado pelo Inmetro, com prazo de vigência válido;
- j)** O fornecedor deverá ainda providenciar cópia da apólice do Seguro com as coberturas mínimas exigidas pelo DETER, Seguro de Responsabilidade Civil Obrigatória – RCO regulamento pela Resolução n 001/2016, às suas expensas. Seguro do transportador e o seguro dos passageiros transportados, não cabendo a contratante qualquer obrigação decorrente de eventuais acidentes, quebras ou danos ao veículo transportador ou a terceiros; não havendo seguro contratado, deverá apresentar no prazo citado na letra “a” o encaminhamento da proposta do seguro e, posteriormente, no prazo de 30(trinta) dias, a apólice definitiva do mesmo, sendo de inteira responsabilidade do licitante a cobertura total do seguro em conformidade com o número de passageiros do veículo.

Do Condutor:

- a)** Apresentar documentação que ateste o cumprimento, pelo motorista que efetuará o serviço, das exigências previstas no Art. 138, do Código de Trânsito Brasileiro – Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997, ou seja:
 - b)** Ter idade mínima de 21 anos (apresenta carteira de identidade do motorista);
 - c)** Ser habilitado no mínimo na categoria “D” (inciso I, Art. 143, da Lei n° 9.503/97), apresentar Carteira Nacional de Habilitação;
 - d)** Não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 meses, (apresentar extrato de pontuação da CNH o qual é retirado pela CRT no momento do protocolo do processo);
 - e)** Ser aprovado em curso especializado Formação de Condutor de Veículos de Transporte Escolar, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n° 9.503/97 e Art. 33, da Resolução n° 168 de 14 dezembro de 2004, atualizada no CONTRAN);
 - f)** Certidão negativa de interdição (órfãos e sucessões) e do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores.
 - g)** Apresentar, a Carteira de Trabalho, ou, ainda, contrato social e Previdência Social – CTPS – dos motoristas, devidamente anotada pela licitante, ou Ficha de Registro de Empregado – RE devidamente registrada no Ministério do Trabalho, ou, ainda contrato social e última alteração, se houver, caso o motorista seja sócio.
 - h)** Documento(s) comprobatório(s), certificado de conclusão de curso de reciclagem realizado dentro do últimos 5(cinco) anos, inclusive curso específico para Transporte Escolar.



Até a data limite de 30 de junho de 2025, obrigatoriamente todos os veículos para transporte de estudantes, no Município de Xaxim-SC, contratados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), deverão possuir (02 ou 3) duas ou três câmeras de monitoramento interno, interligadas com a central da Secretaria Municipal de educação e cultura de acordo com as normas que serão estabelecidas pela administração pública municipal de Xaxim-SC no período.

- O vencedor assumirá responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, causados a esta Municipalidade ou a terceiros;

- O vencedor obriga-se a cumprir todas as exigências do presente edital e da secretaria de educação e cultura, de maneira a atender as necessidades;

- O vencedor assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do serviço;

- O vencedor obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

- O vencedor deverá cumprir rigorosamente o trajeto estabelecido no Anexo dos itens, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e número total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município;

- O vencedor formará o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e assessorias decorrentes do cumprimento do contrato bem como eventuais substituições de pessoal que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

- O vencedor sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

- Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

O Responsável pela Gestão será o secretário Gildomar Michelon, matrícula nº 1100.

Para a fiscalização, o município de Xaxim conta atualmente com o servidor Angélico Secco matrícula (2088), que possuem experiência e capacitação para exercer tal função, observando a qualidade e descrição do serviço prestado.

O recebimento será provisório e definitivo, mediante carimbo de aceite na nota fiscal.

O prazo de pagamento será realizado após o recebimento definitivo do produto, com prazo de até 30 dias.

A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

O Pagamento será efetuado através de boleto bancário ou depósito na conta do fornecedor, será descontado o valor da taxa de transferência TED/DOC, do valor a receber.

O critério de medição adotado pelo Município será a comprovação de que as quantidades solicitadas na Autorização de Fornecimento foram efetivamente entregues.

A contratação será efetuada através de processo licitatório, modalidade pregão Eletrônico, onde o critério de julgamento será o menor preço por item, possibilitando uma maior participação dos fornecedores e maior competitividade entre os mesmos.



PREFEITURA DE
XAXIM

O valor da contratação está estimado nos valores fornecidos em pesquisas feitas, diretamente com fornecedores finais, sendo sugerido lançar o processo licitatório com base na média dos valores obtidos na pesquisa.

As dotações serão utilizadas as do exercício de 2025.

A prestação do serviço se dará de acordo com o cronograma do ano letivo do ano de 2025.

Registra-se que o descritivo dos itens que deverão ser fielmente considerados são os constantes neste termo.

XAXIM, 13 de dezembro de 2024

GRAZIELE BRAZZO GIACHINI
Responsável pela elaboração do termo



Descritivos, Quantitativos E Valores

Item	Especificação	KM	Valor KM	Valor Total
01	LINHA Nº 01 – LINHA IRANI I ITINERÁRIO PASSANDO, POR LINHA IRANI I, FAMÍLIAS SUZZI, BARRAGEM, FAMÍLIA DE ALUNO DA APAE ARCELINO SOARES, FELIPETO NARDI, CECATTO, LINHA SEGUETTO, FAMÍLIAS MARINHO DE MELLO, GUARDA, LINHA SÃO FRANCISCO, FAMÍLIAS BORTOLANZA E NEGRI, LINHA FLORINDO FOLE ATÉ AS ESCOLAS EBM CECÍLIA MEIRELLES, EEB NEUSA MASSOLINI, DOM BOSCO, EEB GOMES CARNEIRO, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, APAE E RETORNO: OBS: EXTENSÃO (79,2) (SETENTA E NOVE QUILOMETROS E DUZENTOS METROS/DIA HORÁRIO VESPERTINO VEÍCULO KOMBI OU VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LUGARES. COM MONITOR.	20.500	R\$ 11,58	R\$ 237.390,00
02	LINHA Nº 02 – LINHA POCINHO DE CIMA ITINERÁRIO, XAXIM, POCINHO DE CIMA, CAMPO DO CORÍNTHIANS, FAMÍLIAS DE SORDI, CURTARELI, PROPRIEDADE TRENTIN LINHA ERVALZINHO SÃO JOSÉ, RAFITEC, PASSANDO EM FRENTE AS ESCOLAS, EEB CUSTÓDIO DE CAMPOS, DOM BOSCO, EBM CECILIA MEIRELES, EEB NEUSA MASSOLINI, EEB GOMES CARNEIRO, EBM ARI MOACIR LUNARDI APAE, E RETORNO: EXTENSÃO (93,8) (NEVENTA E TRÊS) QUILOMETROS E OITOCENTOS METROS/DIA MATUTINO E VESPERTINO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (32) TRINTA E DOIS LUGARES COM MONITOR.	24.300	R\$ 14,67	R\$ 356.481,00
03	LINHA 03 - FAZEDA SANTO ANTÔNIO ITINERÁRIO, SAÍDA XAXIM, PASSANDO LINHAS RONDINHA, FREI PLÁCIDO, FAZENDA SANTO ANTÔNIO, LINHA CAMPO ATÉ A FAMÍLIA DE IAGO EMANOEL DA SILVA, FAZENDA GUENO, PASSANDO NAS SEGUINTE ESCOLAS	31.000	R\$ 14,57	R\$ 451.670,00



	<p>EEB VILLA DIADEMA, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EBM DOM, CEJAX, BOSCO EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECILIA MEIRELES, EEB GOMES CARNEIRO, EEB DIERCE SALETE DALL" AGNOL, APAE E RETORNO. EXTENSÃO (120) (CENTO E VINTE QUILÔMETROS/DIA MATUTINO E VESPERTINO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (32) TRINTA E DOIS LUGARES. COM MONITOR.</p>			
04	<p>LINHA Nº 04 - IRANI II PARA XAXIM, SAÍDA DIVISA COM ARVOREDO PASSANDO POR ÁREA DE CAMPING MICHELON, EVANGELISTA, FAZENDA BEDIN, LINHA SANTA LÚCIA, LINHA ANTÔNIO PRADO, ATÉ XAXIM PASSANDO NAS ESCOLAS EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECÍLIA MEIRELES, EEB GOMES CARNEIRO, EBM DOM BOSCO, APAE E RETORNO. EXTENSÃO (85) (OITENTA E CINCO) QUILÔMETROS/DIA HORÁRIO: VESPERTINO VEÍCULO: KOMBI OU VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LUGARES. COM MONITOR.</p>	22.000	R\$ 11,58	R\$ 254.760,00
05	<p>LINHA Nº 05 - LINHA VILA DIADEMA E AREDORES, ITINERÁRIO: DISTRITO DE VILA DIADEMA, PASSANDO PELAS FAMÍLIAS RISSI, ERVATEIRA DOIS IRMÃOS, GRANJA FONINI, PRADO, FLEK, LÍRIO DE ALMEIDA, ATÉ A ESCOLA DE EEB VILA DIADEMA, MADEIREIRA TOMÉ, SOL NASCENTE, RAFITEC, ATÉ AS ESCOLAS EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EBM DIRCE DALL'AGNOL, CEJAX, EBM ARI MOACIR LUNARDI, APAE, EEB GOMES CARNEIRO, DOM BOSCO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECÍLIA MEIRELES. EXTENSÃO (76) (SETENTA E SEIS) QUILÔMETROS/DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO. VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE</p>	19.500	R\$ 14,23	R\$ 277.485,00



	MÍNIMA DE (32) TRINTA E DOIS LUGARES. COM MONITOR.			
06	LINHA Nº 06 - LINHA SÃO VALENTIN DISTRITO DE VILA TIGRE, SÃO VALENTIN, E NOVA BRASÍLIA ITINERÁRIO, TURNO MATUTINO SAÍDA DA COMUNIDADE DE NOVA BRASÍLIA PASSANDO POR NOVA REPÚBLICA, SÃO VALENTIN, FAMÍLIAS AROZI, RIBEIRO, DALLA ROSA, COSTA, MAGRIN, NOVA BRASÍLIA, FAMILIAS CATIVELI, FONTANA ATÉ A ESTRADA GERAL AONDE PASSARA OS ALUNOS PARA O MICRO ÔNIBUS QUE LEVARA OS ESTUDANTES ATÉ A ESCOLA EEB LUÍS LUNARDI, RETORNO, APANHARA OS ALUNOS NA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI E DEIXARA NOS SEUS DEVIDOS PONTOS. OBS. ITINERÁRIO VESPERTINO. ENTREGARA OS ALUNOS PARA O MICRO ÔNIBUS NA ESTRADA GERAL QUE LEVARA OS ESTUDANTES ATÉ A ESCOLA LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE, RETORNO APANHARA OS ESTUDANTES NA ESTRADA GERAL E DEIXARA NOS SEUS DEVIDOS PONTOS ENCERANDO A LINHA NA COMUNIDADE DE NOVA BRASÍLIA. EXTENSÃO (79,2) (SETENTA E NOVE QUILOMETROS E DUZENTOS METROS/DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO VAN OU KOMBI COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (15) QUINZE LUGARES. COM MONITOR.	20.500	R\$ 12,42	R\$ 254.610,00
07	LINHA Nº 07 - LINHA PALAORO SAÍDA LINHA PALAORO, SANTA LÚCIA, MONTE BELO, PÉ DE GALINHA, LINHA FLORINDO FOLE ATÉ AS ESCOLAS EBM CECÍLIA MEIRELES, EEB NEUSA MASSOLINI, DOM BOSCO, EEB CUSTÓDIO DE CAMPOS, APAE E RETORNO: EXTENSÃO (61) (SESSENTA E UM QUILOMETROS/DIA, HORÁRIO VESPERTINO, VEÍCULO ÔNIBUS COM	15.800	R\$ 18,00	R\$ 284.400,00



	CAPACIDADE MÍNIMA DE (48) QUARENTA E OITO LUGARES. COM MONITOR.			
08	LINHA Nº 08 - TIGRE E RODEIO BONITO: ITINERÁRIO: SAINDO DO DISTRITO DE LINHA TIGRE, PASSANDO POR RODEIO BONITO SÃO JOSÉ, LINHA CARAVAJÓ, CAMPING PERUZZO, ATÉ A ESCOLA EEB LUIS LUNARDI, MATUTINO E VESPERTINO. SEGUNDO TRAJETO SOMENTE MATUTINO ATÉ LINHA TIGRINHO, FAMÍLIA PERUZZO, SGARBOSA, ATÉ A ESCOLA EEB LUÍS LUNARDI DE VILA TIGRE E RETORNO. EXTENSÃO (90,6) (NOVENTA QUILÔMETROS E SEISCENTOS METROS, /DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO; VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (32) TRINTA E DOIS LUGARES. COM MONITOR.	23.500	R\$ 15,00	R\$ 352.500,00
09	LINHA Nº 09 - LINHA PEDRO GUERREIRO. ITINERÁRIO: SAINDO DA CIDADE DE XAXIM, PASSANDO POR LINHA COLORADO, FAMÍLIA DALMÉDICO, CÚNICO, SORGATTO, BRITADOR, ATERRO SANITÁRIO, FAMÍLIA DE GILMAR BARROS PASSANDO EM FRENTE AS ESCOLAS: EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECÍLIA MEIRELES, EBM DOM BOSCO, EEB GOMES CARNEIRO, APAE E RETORNO. EXTENSÃO (62,2) (SESSENTA E DOIS QUILÔMETROS E DUZENTOS METROS/DIA HORÁRIO: VESPERTINO VEÍCULO: ÔNIBUS 40 LUGARES. COM MONITOR.	16.100	R\$ 16,67	R\$ 268.387,00
10	LINHA Nº 10 - LINHA TONELLO E PILÃO DE PEDRA ITINERÁRIO MATUTINO, LINHA TONELLO, PILÃO DE PEDRA, ÁREA INDÚSTRIAL, PASSANDO NAS ESCOLAS EBM ARI MOACIR LUNARDI, APAE, EBM DIRCE SALETE DALL" AGNOL, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO, E	12.400	R\$ 15,35	R\$ 190.340,00



	RETORNO. EXTENSÃO (48) (QUARENTA E OITO) QUILOMETROS/DIA HORÁRIO MATUTINO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (28) VINTE E OITO LUGARES. COM MONITOR.			
11	LINHA Nº 11- LINHA LIMEIRA ITINERÁRIO: LINHA LIMEIRA, DIVISA COM CAROLA MAIA, UNOESC, PASSANDO NAS ESCOLAS EBM ARI MOACIR LUNARDI, APAE, EBM DIRCE SALETE DALL” AGNOL, EEB CUSTÓDIO DE CAMPOS, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO E RETORNO. EXTENSÃO (42) (QUARENTA E DOIS QUILOMETROS) /DIA HORÁRIO VESPERTINO; VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (28) VINTE E OITO LUGARES. COM MONITOR.	10.900	R\$ 15,40	R\$ 167.860,00
12	LINHA Nº12 - RUI BARBOSA E ANITA GARIBALDI ITINERÁRIO: SAINDO DO DISTRITO DE ANITA GARIBALDI, PASSANDO POR LINHA GUOLO, FAMÍLIAS DALACORT ORSO, DIVISA COM LINHA RUI BARBOSA 2º, RUI BARBOSA 1º, LINHA ZANELLA, FAMÍLIA LANZARIN, LINHA ANITA GARIBALDI, ENTRADA ATÉ NA RESIDÊNCIA DA FAMILIA SCHEIBEL, ENTRADA PARA LINHA QUINETTI ATÉ A EMPRESA DE EXPLOSIVOS, FAMÍLIA VARNIER, PROPRIEDADE LANDO, PASSANDO NAS EBM ARI MOACIR LUNARDI, APAE EBM, DIRCE SALETE DALL” AGNOL, EEB CUSTÓDIO DE CAMPOS, EBM DOM BOSCO, EEB NEUSA MASSOLINI, EEB GOMES CARNEIRO E RETORNO. EXTENSÃO (87) OITENTA E SETE QUILOMETROS DIA, MICRO-ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (33) TRINTA E TRÊS LUGARES. COM MONITOR.	22.500	R\$ 15,75	R\$ 354.375,00
13	LINHA Nº13 - VILLA TIGRE E UVARANA,	22.700	R\$ 17,42	R\$ 395.434,00



	<p>ITINERÁRIO, MATUTUNO, SAINDO DA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLATIGRE, PASSANDO POR LINHA CANARINHO, LINHA UVARANA, ATÉ A ESCOLA DE VILLA TIGRE SEGUINDO APÓS ATÉ A CIDADE DE XAXIM PASSANDO NAS ESCOLAS EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECÍLIA MEIRELES, EBM DOM BOSCO, EEB GOMES CARNEIRO E APAE, RETORNADO ATÉ A ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE AS (11:45) ONZE E QUARENTA E CINCO AONDE DEVOLVERA OS ESTUDANTES NOS SEUS DEVIDOS PONTOS, E APANHARA OS ALUNOS QUE ESTUDAM NO TURNO VESPERTINO: NA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE E RETORNO, OBS. O TRAJETO INICIA E FINALIZA NA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE</p> <p>EXTENSÃO (87,6) OITENTA E SETE QUILOMETROS E SEISSENTOS METROS/DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (32) TRINTA E DOIS LUGARES</p> <p>OBS. COM MONITOR E ELEVADOR PARA CADEIRANTE AONDE O ALUNO IRÁ PARA A ESCOLA COM SUA PRÓPRIA CADEIRA.</p>			
14	<p>LINHA Nº 14 - LINHA VOLTÃO E LAGOA DA PEDRA PARA XAXIM, ITINERÁRIO MATUTINO, LINHA LAGOA DA PEDRA PASSANDO NAS FAMÍLIAS, ELOI DANIELLI, GEREMIA E CAPELLO, ATÉ AS ESCOLAS EBM CECILIA MEIRELES, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO, EEB GOMES CARNEIRO APAE E RETORNO.</p> <p>ITINERÁRIO, VESPERTINO, LINHA VOLTÃO PASSANDO NAS FAMILIAS, NEREU FOLLE BIASOTO, ALBERTI, ZANETTI, VILA FLORINDO FOLLE, BAIRRO FLOR, ATÉ AS ESCOLAS EBM CECÍLIA MEIRELES, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO, EEB GOMES CARNEIRO APAE E RETORNO.</p> <p>EXTENSÃO (88,2) OITENTA E OITO) QUILOMETROS E DUZENTOS</p>	22.900	R\$ 12,33	R\$ 282.357,00



	METROS/DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO COM MONITOR. VEÍCULO KOMBI OU VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (12) DOZE LUGARES.			
15	LINHA Nº 15 - VILLA TIGRE E SÃO VALENTIN ITINERÁRIO, MATUTINO, SAINDO DA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLATIGRE, PASSANDO POR LINHA SÃO VALENTIN, LINHA NOVA BRASÍLIA, ATÉ A ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE, SEGUINDO APÓS ATÉ A CIDADE DE XAXIM PASSANDO NAS PROXIMIDADES DO TRATAMENTO DE ESGOTO DA CASAN NA LINHA PEDRO GUERREIRO, ESCOLAS EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECÍLIA MEIRELES, EBM DOM BOSCO, EEB GOMES CARNEIRO E APAE, RETORNADO ATÉ A ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE AS (11:45) ONZE E QUARENTA E CINCO AONDE DEVOLVERA OS ESTUDANTES NOS SEUS DEVIDOS PONTOS, E APANHARA OS ALUNOS QUE ESTUDAM NO TURNO VESPERTINO: NA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE E RETORNO, OBS; O TRAJETO INICIA E FINALIZA NA ESCOLA EEB LUIS LUNARDI DE VILLA TIGRE EXTENSÃO (86,4) OITENTA E SEIS QUILOMETROS E QUATROCENTOS METROS/DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (32) TRINTA E DOIS LUGARES. COM MONITOR.	22.400	R\$ 15,15	R\$ 339.360,00
16	LINHA Nº 16 - LINHA NOTURNA CHAGAS ITINERÁRIO, SAIDA CEJAX, PASSANDO COLEGIO EEB CUSTODIO DE CAMPOS RAFITEC, LOTEAMENTO SOL NASCENTE, VILA DIADEMA, VILLA SÃO JORGE, BAIRRO CHAGAS ANTENAS, MERCADO BOM GOSTO. EXTENSÃO (17) (DEZESSETE) QUILOMETROS/DIA. HORÁRIO NOTURNO (22:00) VINTE E	4.500	R\$ 15,33	R\$ 68.985,00



	DUAS HORAS VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (21) VINTE E UM LUGARES. COM MONITOR.			
17	LINHA Nº 17 - CAROLA MAIA ITINERÁRIO, SAINDO DA LINHA CAROLA MAIA, PASSANDO LINHA IPIRANGUINHA, NAS PROXIMIDADES DA FÁBRICA DE MOVEIS GABRIEL AÇAÇI HOTEL, CAÇULA COMBUSTÍVEIS, ATÉ AS ESCOLAS EBM ARI MOACIR LUNARDI, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO E RETORNO. EXTENSÃO (60) SESENTA QUILOMETROS/DIA HORÁRIO VESPERTINO. VEÍCULO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 LUGARES. COM MONITOR.	15.500	R\$ 14,17	R\$ 219.635,00
18	LINHA Nº 18 - ANITA GARIBALDI PARA XAXIM ITINERÁRIO: SAINDO DE ANITA GARIBALDI, ATÉ A DIVISA COM CORONEL FREITAS, PASSANDO, LINHA GOLFO SÃO ROQUE, ERVALZINHO SÃO JOSÉ, PASSANDO NAS ESCOLAS, EBM ARI LUNARDI, APAE, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EBM DIRCE SALETE DALL” AGNOL E RETORNO. EXTENSÃO (56,4) (CINQUENTA E SEIS QUILOMETROS E QUATROCENTOS METROS) /DIA HORÁRIO VESPERTINO VEÍCULO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (40) QUARENTA LUGARES. COM MONITOR.	14.500	R\$ 16,67	R\$ 241.715,00
19	LINHA Nº 19 - LINHA TERCEIRA E NAVEGANTES, ITINERÁRIO, MATUTINO, TREVO CENTRAL, PRÓXIMO A PROPRIEDADE BINDA, LOTEAMENTO VENEZA, LOTEAMENTO PAVAN, ATÉ A FAMILIAS BAGGIO, POLLI, PASSANDO EM FRENTE AS ESCOLAS EBM ARI MOACIR LUNARDI, APAE, DIRCE SALETE DALL” AGNOL, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EEB GOMES CARNEIRO, EEB	25.200	R\$ 14,67	R\$ 369.684,00



	<p>NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO E RETORNO; VESPERTINO LINHA TERCEIRA, LINHA NAVEGANTES, DIVISA COM LAGEADO GRANDE, FAMÍLIAS GEREMIAS, BUSNELLO, PASSANDO EM FRENTE AS ESCOLAS EBM ARI MOACIR LUNARDI, APAE, DIRCE SALETE DALL” AGNOL, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO E RETORNO;</p> <p>(97,1) (NOVENTA E QUATRO QUILOMETROS E CEM METROS/DIA MATUTINO E VESPERTINO MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (28) VINTE E OITO LUGARES. COM MONITOR.</p>			
20	<p>LINHA Nº 20 - PILÃO DE PEDRA E TIGRE: ITINERÁRIO, MATUTINO E VESPERTINO SAINDO DA LINHA PILÃO DE PEDRA, PASSANDO PELAS FAMÍLIAS BAGGIO, PAVAN, GALON, WICHOSKI, ATÉ A ESCOLA EEB LUÍZ LUNARDI DE VILA TIGRE E RETORNO. VESPERTINO AUMENTA A LINHA TIGRINHO, FAMILAS PERRUZZO, SGARBOSA ATÉ A ESCOLA EEB LUIZ LUNARDI DE VILA TIGRE. EXTENSÃO 81 (OITENTA E UM) KM (QUILOMETROS) DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO. VEÍCULO VAN OU KOMBI COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 14 (QUATORZE) LUGARES. COM MONITOR.</p>	21.000	R\$ 11,75	R\$ 246.750,00
21	<p>LINHA Nº 21 - LINHA NOTURNA SANTA TEREZINHA, ITINERÁRIO, SAÍDA CEJAX, PASSANDO NAS ESCOLAS CUSTODIO DE CAMPOS, PASSANDO, RADIO CULTURA, APAE, RESTAURANTE GEMOLOS, FERRAGEN DALLA SIN, MADEIREIRA STRAPASON, PARQUE DAS FLIORES, RUA ANESTOR DAVI, BAIRRO SANTA TEREZINHA, AABB. PONTO PRÓXIMA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, MERCADO ROSA E SANTOS, ANTIGA BHRAMA, EEB, NEUSA MASSOLINE, BAR DO ARISI, LINHA FLORINDO FOLLE. EXTENSÃO (20) (VINTE) QUILOMETROS/DIA. HORÁRIO</p>	5.200	R\$ 15,58	R\$ 81.016,00



	NOTURNO. VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE (28) LUGARES. COM MONITOR.			
22	LINHA Nº 22 - SÃO JOAQUIM ITINERÁRIO SAÍDA XAXIM PASSANDO POR GRANJA VALENTINI E MARROCO, CASAN, GRANJA TOPÁZIO, LINHA SÃO JOAQUIM, BARRAGEM, VILA SÃO JORGE ATÉ AS ESCOLAS EEB VILA DIADEMA, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, CEJAX, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM CECILIA MEIRELES, EBM DOM BOSCO E RETORNO. EXTENSÃO (112) CENTO E DOZE QUILOMETROS/ DIA HORÁRIO MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO ÔNIBUS 46 LUGARES COM MONITOR.	29.100	R\$ 16,83	R\$ 489.753,00
23	LINHA Nº 23 - LINHA 3ª E GOLFINHO ITINERÁRIO: MATUTINO, SAÍDA DE XAXIM PASSANDO POR LINHA TERCEIRA, RUI BARBOSA, PAVILHÃO DA COMUNIDADE GOLFO SÃO ROQUE, FAMÍLIA VALDIR REGINATTO, LINHA GOLFINHO, LOTEAMENTO VENEZA, LOTEAMENTO PAVAN, LOTEAMENTO DAS VIDEIRAS, PRÓXIMO A UNOESC, ATÉ AS ESCOLAS, EBM DOUTOR ARI MOACIR LUNARDI, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EBM DIRCE SALETE DALL' AGNOL, APAE; E RETORNO, VESPERTINO; LOTEAMENTO VENEZA, EMPRESA DE ADUBOS, LOTEAMENTO PAVAN, PRÓXIMO A UNOESC PASSANDO PELAS ESCOLAS EBM DOUTOR ARI MOACIR LUNARDI, APAE, PONTO PRÓXIMO A UNO CHAPECÓ, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, EBM DOM BOSCO, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EBM DIRCE SALETE DALL' AGNOL E RETORNO EXTENSÃO 86 (OITENTA E SEIS) KM (QUILÔMETROS) DIÁRIOS, HORÁRIOS MATUTINO E VESPERTINO, VEÍCULO ÔNIBUS 56 LUGARES. COM MONITOR.	22.350	R\$ 18,17	R\$ 406.099,50



24	LINHA Nº 24 - POCINHOS DE BAIXO ITINERÁRIO, SAINDO DE XAXIM PASSANDO NAS FAMILIAIS BONETTI, DONATTI, BETU, LINHA POCINHO DE BAIXO, ATÉ AS ESCOLAS EEB VILA DIADEMA, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EBM DOM BOSCO, EBM DIRCE SALETE DALL” AGNOL, EEB NEUSA MASSOLINI, EEB GOMES CARNEIRO, EBM ARI LUNARDI E RETORNO. (123) (CENTO E VINTE TRÊS) QUILÔMETROS/DIA MATUTINO E VESPERTINO MICRO-ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LUGARES. COM MONITOR.	32.000	R\$ 14,40	R\$460.800,00
25	LINHA Nº 25 - CACHOERINHA SÃO JOSÉ E SÃO SEBASTIÃO. ITINERÁRIO: SAÍDA XAXIM PASSANDO POR GRANJA MANGONI, BARRAGEM, PROPRIEDADE GUENO, LOCATELLI, FAMÍLIA PERREIRA ATÉ AS ESCOLAS EBM CECILIA MEIRELES, EBM DOM BOSCO, EEB CUSTODIO DE CAMPOS, EEB GOMES CARNEIRO, EEB NEUSA MASSOLINI, APAE E RETORNO. EXTENSÃO 105 (CENTO E CINCO) KM (QUILÔMETROS) POR DIA MATUTINO E VESPERTINO. VEÍCULO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA 44 (QUARENTA E QUATRO) LUGARES. COM MONITOR.	25.000	R\$ 16,17	R\$ 404.250,00
Valor Total			R\$ 7.456.096,50	



ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAÇÃO UNIFICADA

(NOME DA EMPRESA), (CNPJ), declaro para os devidos fins, sob as penas da lei:

- a)** Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b)** Não possuir vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de que trata o inciso IV do art.14 da Lei 14.133/2021;
- c)** Enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o disposto no [art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#), se for o caso;
- d)** Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;
- e)** Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o [art. 93 da Lei nº 8.213/91](#), se couber;
- f)** Cumprimento do disposto no [inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#) – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- g)** Cumprimento da [Lei nº 13.709/2018 – LGPD](#).

Declaro que o referido é verdade sob as penas do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA)

(NOME DO FORNECEDOR – CNPJ/CPF)



ANEXO IV – DECLARAÇÃO LGPD (do vencedor)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFIDENCIALIDADE E OUTRAS AVENÇAS

Por este instrumento, de um lado, **Município de Xaxim**, neste ato representado pelo conforme estabelecido em seu contrato social (“**Parte Reveladora**”) e, de outro lado, **XXX**, com **CNPJ/CPF nº 000**, com endereço em **XXX**, neste ato representada pelo seu representante legal (**se for CNPJ XXX**) (“**Parte Receptora**”), resolvem, em comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o **Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 É objeto deste instrumento a manutenção do mais absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação relacionada à (**descrever, por ex.: dados pessoais e dados pessoais sensíveis**), inscrita no (**descrever, por ex.: Cláusula Primeira do Contrato Administrativo**) que a PARTE RECEPTORA vier a ter acesso em decorrência da execução do objeto (**descrição do objeto executado para a PARTE REVELADORA**).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

2.1 Para todos os efeitos deste instrumento, serão consideradas confidenciais, todas as informações relacionadas à (**descrever**) a que a PARTE RECEPTORA vier a ter acesso em decorrência dos serviços prestados à PARTE REVELADORA (“**Informações Confidenciais**”).

2.3 Serão, ainda, consideradas **Informações Confidenciais** todas as informações que assim forem identificadas pelo **Município de Xaxim**, PARTE REVELADORA, pelas legislações aplicáveis (inclusive a [Lei nº 13.709/2018](#) – Lei Geral de Proteção de Dados “**LGPD**”) ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade da PARTE REVELADORA.

2.4 A revelação das **Informações Confidenciais** não representa a concessão de qualquer tipo de licença explícita ou de qualquer outra natureza, nem de direitos de qualquer espécie para a PARTE RECEPTORA.

2.5 A PARTE RECEPTORA se compromete a:

- a) Utilizar as **Informações Confidenciais** com o propósito restrito de desempenhar suas atividades junto à PARTE REVELADORA;
- b) Não utilizar tais informações em seu próprio benefício e/ou para qualquer propósito que não aquele para o qual foram reveladas, abstendo-se de divulgar, publicar, fazer circular, produzir cópia ou efetuar *backup*, por qualquer meio ou forma, de qualquer documento ou informação confidencial;
- c) Zelar para que referidas informações não sejam divulgadas ou reveladas a terceiros, utilizando-se, no mínimo do mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias **Informações Confidenciais**;
- d) Não revelar as **Informações Confidenciais** a quaisquer terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização da PARTE REVELADORA. Ainda, em caso de revelação das informações, a PARTE RECEPTORA se compromete, desde já, a repassar todas as obrigações descritas neste instrumento aos que vierem a ter acesso a tais informações, responsabilizando-se por eventuais descumprimentos; e,
- e) Informar imediatamente à PARTE REVELADORA qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido ou que venha a ocorrer por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

2.6 As obrigações estabelecidas neste instrumento não serão aplicáveis a quaisquer **Informações Confidenciais** que:

- a) Anteriormente ao seu recebimento pela PARTE RECEPTORA tenham tornado-se públicas ou chegado ao poder da PARTE RECEPTORA por uma fonte que não a PARTE REVELADORA; ou



- b) Após o recebimento pela PARTE RECEPTORA, tenham sido públicas por qualquer meio que não como consequência de uma violação de sua obrigação aqui prevista.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1 Serão aplicáveis a este instrumento, as “Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” que significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especialmente a [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD, além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados.

3.2 A PARTE RECEPTORA declara-se ciente e concorda que poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pela PARTE REVELADORA e seus clientes (“dados protegidos”), exclusivamente para a prestação dos serviços.

3.3 As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos na extensão autorizada na referida lei.

3.4 A PARTE RECEPTORA somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da PARTE REVELADORA, a fim de cumprir suas obrigações para a prestação dos serviços, jamais para qualquer outro propósito.

3.5 A PARTE RECEPTORA tratará os dados pessoais em nome da PARTE REVELADORA e de acordo com as instruções escritas fornecidas pela PARTE REVELADORA. Caso a PARTE RECEPTORA considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com este instrumento ou que uma instrução infrinja as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados, a PARTE RECEPTORA prontamente notificará a PARTE REVELADORA e aguardará novas instruções.

3.6 Se aplicável, a PARTE RECEPTORA se certificará que qualquer terceiro sob sua responsabilidade agirá de acordo com este instrumento, as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados e as instruções transmitidas pela PARTE REVELADORA. A PARTE RECEPTORA se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

3.7 Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações diretamente da PARTE RECEPTORA relativas ao tratamento de dados pessoais, a PARTE RECEPTORA submeterá esse pedido à apreciação da PARTE REVELADORA. A PARTE RECEPTORA não poderá, sem instruções prévias da PARTE REVELADORA, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Este instrumento poderá ser alterado somente mediante a celebração de Termo Aditivo.

4.2 A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste instrumento não implicará na nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.

4.3 O não exercício pelas partes de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstos neste instrumento ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações ora estabelecidas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independentemente de comunicação prévia à parte.

4.4 O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título e tempo.

4.5 A PARTE RECEPTORA declara que os serviços serão prestados de acordo com todas as legislações, princípios e normas aplicáveis, inclusive a [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD.

4.6 Os efeitos deste instrumento retroagem à data que a PARTE RECEPTORA teve acesso à primeira informação confidencial relacionada à **XXXXXXXX (descrever o objeto)** sendo que



todas as obrigações aqui estabelecidas permanecerão válidas até que a PARTE REVELADORA autorize (por escrito) a revelação da informação confidencial, observado, ainda, o disposto nas legislações vigentes (inclusive a [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD).

4.7 As partes declaram e reconhecem que são entidades totalmente independentes entre si, de forma que nenhuma disposição deste instrumento poderá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo empregatício entre as partes, bem como entre os empregados de uma parte e a outra parte.

4.8 Através deste instrumento, a PARTE RECEPTORA cede à PARTE REVELADORA todos os direitos patrimoniais de autor a ela pertencente, decorrentes dos serviços prestados.

4.9 A inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a PARTE RECEPTORA ao pagamento ou ressarcimento, de todas as perdas e danos, materiais e morais, lucros cessantes, nos termos das legislações vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, como único competente para dirimir as controvérsias resultantes deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este o **Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas, para que produza todos os efeitos.

(LOCAL), (DATA).

Responsável pelo Município de Xaxim

Razão Social do Contratado

Testemunha 1:

Nome:

CPF:

Testemunha 2:

Nome:

CPF:



ANEXO V – DECLARAÇÃO LC 123/2006

APLICAÇÃO DOS [ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006](#)

_____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do [art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#), que para obter os benefícios dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006](#), no ano-calendário de realização da licitação/contratação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem o previsto o previsto no [art. 3º, II da Lei Complementar nº 123/2006](#), sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o [art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ANEXO VI – PROPOSTA

DEFINIÇÃO/DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
VALOR TOTAL		

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do [art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021](#), que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ANEXO VII – ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do [art. 63, I da Lei nº 14.133/2021](#) que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ANEXO VIII - CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 000x/2024

O **MUNICÍPIO DE XAXIM/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Edilson Antônio Folle, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 509.596.709-04 e portador da cédula de identidade nº 1.010.359, residente e domiciliado na Villa Florindo Folle, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, inscrita no CPF/MF sob nº _____ e portador da cédula de identidade nº _____, denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada de acordo com o **Processo de Licitação nº 02782024, modalidade Pregão Eletrônico nº 0048/2024**, homologado em 00/00/2024, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (art. 92, I)

1.1 O objeto deste processo licitatório é a **Contratação de empresa no ramo de transporte coletivo de passageiros/transporte escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos das Redes Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município de Xaxim.**

1.1.1 O objeto é composto pelos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	Qtd	Valor Global
X		UN	XX	R\$

1.2 O objeto está fundamentado ([art. 18, I e II da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I** - Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 001/2024 (ANEXO I);
- II** - Termo de Referência – TR nº 001/2024 (ANEXO II);
- III** - Registra-se que o descritivo dos itens que deverão ser fielmente considerados são os constantes no termo de referência.

1.3 Valor do objeto: R\$ **xxxxx**

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR (art. 92, II)

2.1 Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº 0278/2024, Pregão Eletrônico nº 0048/2024, homologado em 00/00/202X, e à proposta vencedora XXX.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

3.1 Este contrato rege-se pelas disposições expressas na [Lei nº 14.133/2021](#) e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

CLÁUSULA QUARTA: FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)

4.1 O fornecimento se dará de forma parcelada conforme calendário escolar de 2025.



CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

5.1. Pela aquisição do objeto descrito, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____).

5.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a entrega dos materiais e apresentação da Nota Fiscal devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

5.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

5.4 O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, preferencialmente em conta na agência Caixa Econômica, caso não seja possível, será descontado o valor da taxa de transferência TED/DOC, do valor a receber.

5.5 Havendo prorrogação de contrato, este poderá ser reajustado anualmente mediante acordo entre as partes, pelo índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em caso de extinção do referido índice, será aplicado àquele que vem a substituí-lo.

5.6 O reajuste poderá ser fornecido sempre que o contrato atingir 12 meses da sua assinatura, com intuito de manter a equação econômico-financeira contratual ao longo de sua execução em face das variações de preços decorridas pelo processo inflacionário.

CLÁUSULA SEXTA: OS PRAZOS DE ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, VII)

6.1 O objeto da presente licitação deverá ser entregue/prestado pela vencedora, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, mediante Autorização de Fornecimento expedida pelo setor competente do Município;

6.2 O objeto será recebido ([art. 140, II da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.3 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato ([art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

6.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e neste edital ([art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

6.5 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme regulamento municipal de Xaxim – Decreto nº 0481/2023 ([art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):



Art. 2º Os recebimentos provisório e definitivo ocorrerão: **I - Compras (exceto Veículos, Máquinas e Equipamentos)**: aposição de carimbo na nota fiscal e/ou preenchimento de formulário (Anexo Único), que deverá ser anexado à nota fiscal;

Art. 4º Os prazos para recebimento provisório e definitivo serão: **I - Compra e Serviços que não são de engenharia**: serão definidos nos editais e contratos, de acordo com cada objeto, observando, quando tiver, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência – TR ou outros documentos técnicos;

CLÁUSULA SÉTIMA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)

As dotações serão utilizadas as do exercício de 2025.

CLÁUSULA OITAVA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (art. 92, XIV)

8.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a) O vencedor assumirá responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, causados a esta Municipalidade ou a terceiros;

b) O vencedor obriga-se a cumprir todas as exigências do presente edital e da secretaria de educação e cultura, de maneira a atender as necessidades;

c) O vencedor assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do serviço;

d) O vencedor obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

e) O vencedor deverá cumprir rigorosamente o trajeto estabelecido no Anexo dos itens, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e número total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município;

f) O vencedor formará o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato bem como eventuais substituições de pessoal que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

g) O vencedor sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

h) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

8.2 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) Efetuar o empenho da despesa, no qual constará da dotação orçamentária específica de forma a garantir o pagamento das obrigações assumidas;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



c) Receber provisoriamente o objeto mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário observando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

d) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/ servidor especialmente designado;

f) A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

g) Rejeitar, no todo ou em parte os materiais entregues em desacordo com as especificações contidas nesse Termo de Referência.

h) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

i) A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Licitante Vencedora e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8.3 DAS PENALIDADES:

I – ADVERTÊNCIA (art. 156, § 2º): será aplicada por escrito, quando o CONTRATADO deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou entrega dos bens, bem como por atos que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução deste instrumento, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros;

II – MULTAS (art. 156, § 3º): serão aplicadas por infrações que obstaculizem a concretização do objeto licitado, por culpa do CONTRATADO, e compreenderão:

d) Atraso de até 01 (um) dia na entrega do produto, execução de obra e/ou prestação do serviço, multa de **5%** (cinco por cento) do valor atualizado do contrato;

e) Atraso superior a 01 (um) dia na entrega do produto, execução de obra e/ou prestação do serviço, multa de **10%** (dez por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Xaxim;

f) Será aplicada multa de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer das obrigações contidas no edital, ressalvadas aquelas para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Xaxim;

8.3.1 A multa deverá ser recolhida aos cofres do Município de Xaxim, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após a respectiva notificação.

8.3.2 Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela descontada dos créditos existentes em nome da CONTRATADA ou, não havendo esses ou sendo ela maior que crédito, lançados em dívida ativa e/ou cobrada judicialmente com ônus ao devedor em qualquer hipótese;

8.3.3 As multas previstas neste inciso são cumulativas, ou seja, incidem umas sobre as outras, em seus limites incidentes sobre cada uma delas;

III – IMPEDIMENTO de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Xaxim, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º): A licitante será sancionada com a pena de impedimento de licitar ou contratar com este Município e será descredenciada do seu Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos seguintes casos:

g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- h) Dar causa à inexecução total do contrato;
- i) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- j) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- k) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- l) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

IV – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º): nos seguintes casos Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- e) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

8.4 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- VI - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- VII - As peculiaridades do caso concreto;
- VIII - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IX - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- X - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.5 Para aplicação das sanções (arts. [156, § 6º, I](#), [157](#) e [158](#) da Lei nº 14.133/2021):

- III - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- IV - Incisos III e IV do item 1:
 - a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
 - b) O contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
 - c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
 - d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
 - e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));
 - f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
 - i) *Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;*
 - ii) *Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;*



iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.9 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.10 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.11 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

a) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.12 É admitida a reabilitação do contratado perante o Município de Xaxim, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)).

VI - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

VII - Pagamento da multa;

VIII - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IX - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

X - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

8.13 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou*



a execução do contrato) e XII (Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) do caput do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

CLÁUSULA NONA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO ([art. 92, XVI](#))

9.1 O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ ([art. 92, XVII](#))

10.1 O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO ([art. 92, XVIII](#))

11.1 GESTÃO DO CONTRATO

Como responsável pela Gestão do Contrato a ser firmado designa-se o secretário Gildomar Michelon, matrícula nº 1100.

11.2 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O responsável pela fiscalização será o servidor Angélico Secco, matrícula nº 2088.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS CASOS DE EXTINÇÃO ([art. 92, XIX](#))

12.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações ([art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.



12.2 As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições ([art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).

12.3 O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses ([art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 da Lei nº 14.133/2021](#);
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

12.4 A extinção do contrato poderá ser ([art. 138 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.5 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.6 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

12.7 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências ([art. 139 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;



- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

12.8 A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

12.9 Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

12.10 Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#) serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: FORO ([art. 92, § 1º](#))

13.1. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim – SC, esgotadas as vias administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

14.1 Em atendimento ao disposto na [Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#), o **CONTRATANTE**, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**.

14.2 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. [7º](#), [11](#) e/ou [14](#) da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação **CONTRATANTE**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.
 - i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o **CONTRATANTE** será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais



coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

- i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

14.3 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

14.4 Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

14.5 No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 000/2024, que regulamenta a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

14.6 A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

14.7 A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

14.8 As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

14.9 A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

14.10 A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.



14.11. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

14.12 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

14.13 Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

14.14 O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no [art. 48 da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

14.15 A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

14.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

14.16.1 Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

14.17 Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a [Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

14.18 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: PUBLICAÇÃO

15.1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes ([art. 94, I da Lei nº 14.133/2021](#)).



PREFEITURA DE
XAXIM

- 15.2** Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:
- I** - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#));
 - II** - Página do Município de (www.xaxim.sc.gov.br/licitacoes);
 - III** - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#)).

(LOCAL), (DATA).

<hr/> <p>Prefeito(a) do Município de Xaxim CONTRATANTE</p>	<hr/> <p>XXX CONTRATADO</p>
1ª Testemunha Nome:	2ª Testemunha Nome:



PREFEITURA DE
XAXIM